vencer a troika

deBatEs #1

VIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

10 E 11 DE NOVEMBRO 2012 | LISBOA

VIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

10 E 11 DE NOVEMBRO 2012 | LISBOA

Vencer a troika

A VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda foi convocada pela Mesa Nacional, no passado dia 7 de julho, com a aprovação do Regulamento e da composição da Comissão Organizadora da Convenção (COC). Desde esse dia que o processo está em marcha, envolvendo todos/as os/as aderentes e organizações do Bloco por todo o país.

A sessão final da VIII Convenção Nacional será nos dias 10 e 11 de novembro, reunirá mais de 500 delegadas/os em representação do universo de aderentes de todos os distritos, regiões autónomas e emigração. Até lá, o caminho implica ampla informação e participação das diversas organizações bloquistas, como acontece em todas as convenções, ao mesmo tempo que o Bloco continuará envolvido nas mobilizações de luta contra o governo e o memorando da Troika.

Com a saída deste deBatEs #1, estão criadas todas as condições para que as duas Moções validadas para debate no processo convencional promovam sessões de apresentação e de controvérsia por todo o país, que decorrerão entre 19 e 28 de outubro. Encerrada esta primeira fase, terão início as assembleias para eleição dos/as delegados/as à Convenção que terminarão a 4 de novembro, com exceção dos Açores onde se prolongarão até 7 de novembro.

As Coordenadoras Distritais e Regionais devem ter em atenção que as listas para delegados/as terão de dar entrada até 19 de outubro, o que implica a definição das assembleias eleitorais, data e locais de votação com a máxima urgência possível, de preferência durante a próxima semana.

Os dias seguintes após a eleição de delegados/as constituirão a reta final dedicada à preparação da deslocação das delegações até Lisboa, onde decorrerá a Convenção.

Entretanto, muito mais haverá a fazer. É preciso envolver os/as aderentes no processo da Convenção, garantindo informação e possibilidade de participação. Todos/as os/as aderentes deverão proceder ao pagamento da sua quota de 2012, como condição indispensável para votar e/ou ser eleito. Os prazos para apresentação de propostas de adenda e alteração às Moções, bem como para entrega à COC das propostas de alteração aos Estatutos, terminam a 2 e 11 de outubro, respetivamente.

Com duas propostas de Moção de Orientação em debate, o Bloco demonstra a sua vitalidade, assume o seu carácter plural e afirma de modo ímpar a sua democracia interna. O próximo boletim deBatEs sairá no dia 18 de outubro e será enviado para os/as aderentes via email. Esse boletim contará com os contributos, opiniões e propostas de quem queira apresentar e divulgar as suas próprias ideias, propor alterações às Moções e aos Estatutos.

É assim que estamos a construir o Bloco, com a tua participação, e será também nesse sentido que todos os números do deBatEs, assim como todos os documentos relativos à Convenção, estarão disponíveis na internet, no endereço **8cn.bloco.org** . Neste espaço serão ainda publicados todos os contributos que nos forem encaminhados para o mail **contributos.convencao@bloco.org**.

Resta informar que a COC é composta pelos/as camaradas Pedro Soares, José Gusmão, Joana Mortágua, Dina Nunes, Helena Figueiredo e Mariana Carneiro, eleitas/os na Mesa Nacional para esse efeito, e pelos/as representantes das moções A e B, respetivamente os camaradas Sara Rocha e Teodósio Alcobia. A comunicação com a COC deverá ser feita através do e-mail **coc.2012@bloco.org** ou pelo telefone da sede nacional (+351 **213510510**).

Bons debates!
A Comissão Organizadora da Convenção

Regulamento do processo preparatório da VIII convenção nacional do Bloco de Esquerda

10 e 11 de Novembro de 2012
Lisboa

Nos termos do n.º 2 do artigo 8º dos Estatutos do Bloco de Esquerda, a Mesa Nacional aprova o seguinte Regulamento do Processo Preparatório da VIII Convenção Nacional do BE.

I - Convocação

1. O processo preparatório da Convenção Nacional inicia-se com a sua convocação pela Mesa Nacional, a 07 de Julho de 2012.
2. A VIII Convenção Nacional é convocada para os dias 10 e 11 de Novembro de 2012, em Lisboa, com a seguinte Ordem de Trabalhos:
P.1 - Discussão e votação das propostas de alteração aos Estatutos em vigor;
P.2 - Discussão e votação das Moções de Orientação Política;
P.3 - Eleição da Mesa Nacional e da Comissão de Direitos.

II - Comissão Organizadora da Convenção

3. A Mesa Nacional elege uma Comissão Organizadora da Convenção (COC) com a seguinte composição: Dina Nunes, Helena Figueiredo, Joana Mortágua, José Guilherme, Mariana Carneiro e Pedro Soares. Cada Moção de Orientação apresentada à Convenção Nacional indicará um(a) representante para integrar a COC.
4. Compete à COC a responsabilidade pelo processo preparatório da VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda. Constituem atribuições específicas da COC, entre outras, a logística, informação e finanças da Convenção; o cumprimento a nível nacional das datas e prazos estabelecidos no presente regulamento; a receção e edição dos documentos preparatórios através do boletim deBatEs, bem como a coordenação das discussões preparatórias, a sistematização da informação sobre os debates preparatórios e sobre a eleição dos delegados.
5. O boletim deBatEs é publicado no sítio do Bloco até às datas indicadas neste Regulamento e enviado de imediato por correio electrónico para todas/os as/os aderentes inscritos e com endereço eletrónico disponível. Os boletins #1 e #2 serão entregues em suporte papel aos aderentes que o solicitarem à Sede Nacional e o #3 será distribuído na Convenção.
6. A Comissão Organizadora da Convenção inicia funções a partir da sua designação pela Mesa Nacional e cessa funções no momento da eleição da Mesa da Convenção.

III - Prazos e processo de discussão das Moções de Orientação

7. Qualquer grupo de 20 aderentes no pleno uso dos seus direitos pode apresentar à Convenção Nacional uma Moção de Orientação. Estas moções deverão ser entregues à COC no dia 20 de Setembro de 2012, até às 17 horas, sendo publicadas no deBatEs #1 até 25 de Setembro. As Moções deverão ser entregues em suporte informático, não ultrapassar os 30 mil caracteres e incluir uma lista de subscritores com indicação dos respetivos números de aderente e distrito/região.
8. De modo a disponibilizar e promover toda a informação e esclarecimento necessários aos aderentes, compete em exclusivo aos promotores das Moções de Orientação a realização de sessões de apresentação e debate das respectivas propostas, no período compre-

endido entre os dias 19 e 28 de Outubro. A COC garantirá os apoios necessários à convocação de uma sessão de cada Moção por distrito/região, que também poderá ser realizada em conjunto por acordo entre Moções, bem como à respetiva deslocação dos/as representantes das Moções para esse efeito. Os promotores das Moções de Orientação poderão tomar outras iniciativas de divulgação e discussão interna das suas posições, sendo previamente comunicadas à COC que delibera sobre qualquer dúvida acerca da compatibilidade entre estas ações e o quadro regulamentar estabelecido.

9. Até 2 de Outubro, qualquer aderente pode propor adendas e alterações à Moção de Orientação na qual se reconheça na generalidade. Os redatores de cada uma das Moções dispõem até dia 9 de Outubro para decidirem da inclusão, ou não, de tais propostas. Desse facto, o boletim deBatEs #2, a publicar até 18 de Outubro, dará informação circunstanciada. As propostas não incluídas poderão ser apresentadas para votação na Convenção, desde que subscritas por um mínimo de 5 delegados/as. Os textos a publicar no deBatEs #2 deverão ser entregues em suporte informático e não poderão ultrapassar os 5 mil caracteres.

10. Na sua forma de proposta final, as Moções de Orientação serão distribuídas aos delegados/as no início da Convenção.

11. Só serão admitidas a votação as Moções subscritas por 15 delegados/as. O regimento dos trabalhos, a aprovar no início da Convenção, estipulará as condições do debate das diferentes propostas.

IV - Prazos e processo de discussão das alterações aos Estatutos

12. Qualquer aderente poderá, até 19 de Setembro, apresentar à Mesa Nacional propostas de alteração dos Estatutos.

13. A Mesa Nacional cessante, tendo em conta essas propostas e o balanço que faça do funcionamento do Bloco à luz dos actuais Estatutos, discutirá e aprovará uma proposta de alteração aos Estatutos no dia 22 de Setembro.

14. Essa proposta de Estatutos será divulgada no deBatEs #1, a publicar no dia 25 de Setembro, em conjunto com as Moções de Orientação e ainda o relatório de actividades da Mesa Nacional cessante, que constitui a sua prestação de contas pelo mandato exercido desde a última Convenção.

15. Qualquer aderente poderá, em função da proposta da Mesa Nacional cessante, apresentar à COC outras propostas de alteração aos Estatutos, até 11 de Outubro, de modo a serem incluídas no deBatEs #2. Cada proposta terá de ser enviada em suporte informático e não deverá exceder os 2000 caracteres de fundamentação.

16. Em Convenção, serão discutidas, nos termos do regimento dos trabalhos, as propostas de revisão de Estatutos subscritas por, pelo menos, 15 delegadas/os.

V - Prazos e processo de discussão das listas

17. As listas candidatas à Mesa Nacional e à Comissão de Direitos deverão ser apresentadas pelas/os delegadas/os, no mínimo de 15, e estão vinculadas à apresentação de Moções de Orientação admitidas a votação na Convenção.

18. Essas listas devem ser entregues à Mesa da Convenção até ao limite temporal a estabelecer pelo regimento da Convenção, podendo apresentar um número inferior ao definido para cada um dos órgãos. Todavia, devem respeitar, no seu alinhamento interno, pelo menos uma mulher ou um homem em cada ordenação sequencial de três candidatas/os, de modo a assegurar um resultado final de acordo com critérios mínimos de paridade.

19. Os órgãos eleitos respeitarão o princípio da atribuição de mandatos pelo método da proporcionalidade directa.

VI - Eleição de delegadas/os

20. As/os delegados são eleitos pelos aderentes inscritos no Bloco de Esquerda e com capacidade eleitoral activa. Ou seja, cujas inscrições constem dos registos centrais até ao dia 09 de Julho de 2012 (e, consequentemente, dos cadernos eleitorais), e que tenham regularizado, até à data da eleição, o pagamento da quota estatutária referente ao ano de 2012.

21. A eleição dos delegados/as far-se-á por listas e por

voto secreto nos dias 3 e 4 de Novembro, em assembleias convocadas especialmente para o efeito pelas coordenadoras distritais/regionais.

a) Na Região Autónoma dos Açores a eleição dos delegados/as terá lugar até ao dia 7 de Novembro.

22. As e os delegadas/os são eleitos na proporção de 1 delegado para 16 aderentes, tendo por base o apuramento dos inscritos até 9 de Julho de 2012, conforme cadernos eleitorais das respectivas assembleias eleitorais.

23. As listas de candidatos/as a delegadas/os podem, em alternativa:

a) Estar associadas a uma Moção de Orientação;

b) Ser apresentadas por aderentes com outra fundamentação política, expressa em plataforma publicada.

As listas não precisam de apresentar nomes para a totalidade dos candidatos/as elegíveis por cada Assembleia Eleitoral.

24. As coordenadoras distritais e regionais organizam o processo eleitoral nas respetivas áreas e decidem sobre a constituição de assembleias eleitorais, sabendo que o âmbito das assembleias para a eleição de delegados é definido pelos seguintes critérios, cumprindo as regras definidas pelos Estatutos e por este Regulamento:

a) Constitui-se uma assembleia eleitoral em cada concelho com 100 ou mais aderentes;

b) Os restantes concelhos de um distrito/região com menos de 100 aderentes cada, agregam-se em agrupamentos concelhios que somem 100 ou mais aderentes, sempre que possível, ou juntam-se a concelhos geograficamente mais próximos e do mesmo distrito com mais de 100 aderentes.

25. Cada assembleia eleitoral pode repartir-se por mais do que uma mesa eleitoral.

26. Às coordenadoras distritais e regionais competirá organizar o processo eleitoral observando os seguintes aspectos:

a) As listas de candidato/as deverão ser entregues às Coordenadoras até 19 de Outubro e enviadas aos aderentes até dia 22 de Outubro, com exceção da Região Autónoma dos Açores onde as listas de candidatos/as deverão ser entregues à Coordenadora Regional até 27 de Outubro e enviada aos aderentes até dia 30 de Outubro;

b) O voto por correspondência será validado para escrutínio se estiver colocado num envelope sem qualquer sinal identificativo que, por sua vez, é inserido num segundo envelope exterior com o nome e assinatura do aderente, igual à do BI ou CC, para efeitos da verificação da regularidade do pagamento da sua quota;

c) Os envelopes com o voto por correspondência devem chegar à sede distrital/regional até à véspera do dia da respetiva assembleia eleitoral e entregues nas mesas de voto a tempo de serem escrutinados juntamente com os votos presenciais;

d) As mesas eleitorais são indicadas pelas respetivas Coordenadoras Distritais/Regionais, tendo cada Moção de Orientação direito a indicar um(a) representante para cada mesa eleitoral constituída.

27.A eleição dos delegado/as respeitará a proporção directa dos votos obtidos por cada lista.

28. As mesas eleitorais devem, terminada a votação, elaborar a acta com o registo dos resultados e a lista de delegadas/os eleitas/os, e enviá-las de imediato à COC que verificará a legitimidade do processo de eleição. As comissões distritais/regionais decidirão até 48 horas após as respetivas assembleias eleitorais sobre eventuais impugnações, cabendo à COC deliberar sobre recursos dessa decisão que venham a ser apresentados nas 72 horas subsequentes à realização da respetiva Assembleia Eleitoral.

***

Aprovado na reunião da Mesa Nacional de 7 de Julho de 2012.

Regimento da VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda

Data, lugar e lema

1. A VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda (Convenção) tem lugar nos dias 10 e 11 de Novembro de 2012, no Complexo Desportivo Municipal do Casal Vistoso - Areeiro, em Lisboa, sob o lema "Vencer a Troika".

Composição

2. A Convenção é constituída pelos delegadas/os que tenham sido eleitos em assembleias eleitorais especialmente convocadas para o efeito, nos termos do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção aprovado pela Mesa Nacional cessante.

3. Não existem delegadas/os por inerência.

4. Para além dos delegados/as, podem assistir aos trabalhos da Convenção na qualidade de convidados/as os restantes aderentes do Bloco de Esquerda no pleno uso dos seus direitos estatutários, as cidadãs e os cidadãos convidados pelas estruturas do Bloco, bem como representantes credenciados da Comunicação Social.

5. Representantes de outros partidos, organizações ou instituições podem ser convidados pela COC a assistir à Convenção.

6. Compete à Mesa da Convenção decidir sobre a possibilidade de intervenção dos convidados.

Direcção dos Trabalhos

7. A VIII Convenção inicia-se com a credenciação das/os delegadas/os a partir das 10h00m de sábado e a eleição da Mesa da Convenção, ainda sob responsabilidade da COC.

a) A credenciação pode ser efetuada na sessão pública internacional que terá lugar no dia anterior ao da abertura da Convenção;

b) O período de trabalho no primeiro dia pode decorrer até às 23h00m de modo a assegurar o maior número possível de intervenções.

8. Os trabalhos da Convenção são dirigidos pela Mesa, logo que eleita, composta por um mínimo de cinco e um máximo de nove delegadas/os. Compete-lhe, em particular, assegurar – no respeito pelos Estatutos e pelo presente Regimento – o bom andamento dos trabalhos e o carácter democrático dos debates, das votações e do processo eleitoral.

9. A Mesa dirige os trabalhos de acordo com a Ordem de Trabalhos aprovada.

10. É da exclusiva responsabilidade da Mesa o anúncio das votações e a proclamação dos resultados da eleição dos órgãos nacionais.

11. Compete à Mesa da Convenção a elaboração da Acta da Convenção.

12. A Mesa da Convenção assegura e decide sobre a coordenação dos serviços de apoio, a distribuição de todos os documentos sujeitos a votação e os contactos com a Comunicação Social, competindo-lhe resolver qualquer questão relativa ao funcionamento da Convenção, designadamente as não previstas neste Regimento.

Intervenções, propostas e debates

13. As/os delegados podem tomar a palavra nos debates sobre as moções de orientação e estatutos, nos termos deste Regimento, devendo inscrever-se para o fazer em impresso próprio junto dos serviços de apoio.

14. O debate relativo às moções de orientação é introduzido por um representante de cada proposta validada, por ordem decrescente do número de delegadas/os que elegeram, sendo assegurada igualmente a oportunidade de intervir na conclusão do debate, por ordem inversa e, em ambos os casos, em tempos iguais para cada moção.

15. Cada moção de orientação ou plataforma publicada (alínea b) do n.º 23 do Regulamento do Processo Preparatório da Convenção) tem direito a um tempo global para intervenções das/os seus delegados, incluindo apresentação e conclusão, proporcional ao número total de eleitos/as para a Convenção.

a) A Mesa garante, como limiar mínimo para qualquer moção ou plataforma, o direito ao tempo de uma intervenção;

b) Nenhuma moção poderá totalizar um tempo de intervenção superior a 67% do tempo global de debate;

b) Os/as delegados indicam no boletim de inscrição a moção ou plataforma a que se associaram na eleição para delegados à Convenção.

16. As/os delegados só podem dirigir, sempre por escrito, à Mesa:

a) Requerimentos sobre o funcionamento dos debates e votações, que terão de ser votados pela Convenção;

b) Reclamações sobre o cumprimento dos Estatutos e Regimento, que devem ser decididas pela Mesa, com direito de recurso da/o reclamante para a Convenção;

c) Declarações de voto que ficarão anexas à acta da Convenção.

17. Compete à Mesa definir os períodos de inscrição, gerir os tempos de intervenção e conceder ou retirar o uso da palavra.

18. As propostas de alteração aos Estatutos, incluídas no deBatEs#2, devem ser subscritas por um mínimo de 15 delegados de modo a poderem ser consideradas para votação, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

19. As/os proponentes de proposta(s) de alteração aos Estatutos considerada(s) para votação, podem intervir inicialmente exclusivamente para as respectivas apresentações.

20. As propostas globais de moção de orientação, incluídas no deBatEs#2, são validadas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 15 delegados/as, devendo as listas dos delegados subscritores dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

21. As propostas de adenda, de alteração e de votação na especialidade relativas às moções de orientação apresentadas durante o processo preparatório e incluídas no deBatEs#2, mas cuja inclusão foi recusada pelos redactores da moção a que se destinavam, podem ser mantidas e submetidas a votação quando subscritas por um mínimo de 5 delegados/as, devendo dar entrada na Mesa até ao início do respectivo ponto da Ordem de Trabalhos.

Votações

22. As votações para apuramento de maioria simples realizam-se de braço no ar, exibindo o cartão de delegada/o.

23. As votações das propostas de moção de orientação e de alteração aos Estatutos decorrem no final dos respectivos pontos da Ordem de Trabalhos.

a) a votação final das moções terá início às 12h00m de domingo.

24. As propostas de alteração aos Estatutos são votadas individualmente, não havendo lugar a votação final na generalidade.

25. As moções de orientação são votadas na generalidade e em alternativa, passando-se em seguida à votação das propostas de alteração e às propostas de votação na especialidade relativas à moção que obteve maioria de votos na generalidade, desde que publicadas no Debates#2 e entretanto validadas nos termos do presente Regimento.

26. Compete à Mesa contar os votos, anunciar os resultados e apreciar eventuais impugnações.

Eleição dos Órgãos Nacionais

27. As eleições para os órgãos nacionais – Comissão de Direitos e Mesa Nacional – decorrem em sistema de listas, por voto secreto e em urnas fechadas, de acordo com os Estatutos.

28. Compete à Mesa da Convenção organizar o processo eleitoral, proceder ao escrutínio e apreciar eventuais impugnações.

29. A eleição dos órgãos nacionais decorrerá a partir das 16h00m do primeiro dia de trabalhos até às 11h00m da manhã seguinte, com interrupção no período entre o encerramento dos trabalhos no primeiro dia e a abertura no segundo, sendo precedida da distribuição das listas de candidatura.

30. Cada lista de candidatura indicará um delegado efectivo e um suplente por cada urna de voto constituída, para poderem acompanhar a votação e assistir à respectiva contagem dos votos.

31. As listas candidatas aos órgãos nacionais devem ser validadas por um mínimo de 15 delegados/as, têm de obrigatoriamente subscrever uma das moções de orientação apresentadas a votação, assegurar o critério da paridade – em cada sequência de 3 nomes terão de estar representados ambos os sexos, e indicar de forma legível o nome de cada um dos candidatos/as, n.º de aderente, distrito/região de recenseamento, idade e profissão.

32. As listas devem ser entregues na Mesa até às 15h00m do primeiro dia dos trabalhos da Convenção, cabendo à Mesa aceitar ou rejeitar as candidaturas por verificação da sua conformidade com as normas regimentais e estatutárias.

33. Havendo mais do que uma lista candidata, a composição desses órgãos é determinada pela proporção directa dos votos recolhidos por cada lista, sendo o número de lugares definido pelo número de candidatos da lista mais numerosa, até ao máximo de 80 no caso da Mesa Nacional e de 7 no caso da Comissão de Direitos.

34. A Mesa distribui as actas de apuramento eleitoral e anuncia à Convenção a composição completa dos órgãos nacionais eleitos.

35. A Mesa convida a lista mais votada para a Mesa Nacional a intervir no final dos trabalhos e procede, posteriormente, ao encerramento da Convenção.

***

Ordem de Trabalhos

1. Início dos trabalhos, eleição da Mesa da Convenção Nacional (Sábado 11h00m);

2. Apresentação e votação do Regimento da Convenção (11h15m);

3. Alocução de abertura da Convenção (11h30m);

4. Estatutos – discussão e votação de propostas de alteração (11h50m);

5. Moções de Orientação Política – apresentações, debate, conclusões e votação (início 15h00m sábado, votação final 12h00m domingo);

6. Eleição dos Órgãos Nacionais: Mesa Nacional e Comissão de Direitos (abertura das urnas às 16h00m sábado, encerramento às 11h00m domingo);

7. Sessão de Encerramento (domingo 12h30m).

***

Aprovado pela Mesa Nacional de 22.Setembro.2012

Relatório da Mesa Nacional sobre o seu mandato (2011-2012)

Ao chegar ao final do mandato conferido pela VII Convenção Nacional, realizada em Maio de 2011, a Mesa Nacional apresenta um relatório sobre a actividade do Bloco de Esquerda durante este período.

1. Um ano de combate ao Governo da Troika

Um ano de governação do PSD/CDS com o programa da troika bastou para deixar a marca da austeridade na vida de todos os portugueses e portuguesas. Com o objectivo de empobrecer "a qualquer custo", o governo provou que não existe saída nesta política de austeridade que prende o país à recessão sem apresentar nenhuma solução para o problema da divida.

Um ano depois, o país está mais pobre e o desemprego atingiu números nunca vistos. A precariedade é a regra. Com o corte nas prestações sociais, a direita lançou uma guerra sem quartel aos beneficiários do RSI e aos desempregados. No discurso que justifica as medidas deste governom, a solidariedade que sustentou a existência do estado social deu lugar à caridade mais conservadora.

O objectivo de empobrecer o país é claro e foi conseguido. Um milhão de desempregados é a marca desta governação. Apesar de todas estas medidas, por causa delas, a derrapagem orçamental é regra. A austeridade asfixia a economia e provoca a recessão, com a diminuição da receita fiscal do Estado e o aumento da despesa com o desemprego e os apoios sociais. Em vez de diminuir, a divida não pára de aumentar.

Um ano depois, o país está mais pobre. Porque os trabalhadores e os pensionistas estão com a corda na garganta, porque o desemprego empobrece a economia, porque as privatizações e as parcerias público privadas oferecem ao lucro privado os recursos do país. Mas também porque a democracia está mais pobre. Todos perdemos quando o PSD/CDS e o PS obrigaram o país a ser o primeiro a assinar o Tratado Orçamental com a regra de ouro e a constitucionalização da austeridade a nível europeu.

Apesar da maioria absoluta do governo da troika no Parlamento e da cumplicidade do partido socialista na implementação do memorando, nenhuma destas medidas foi imposta sem a maior oposição do Bloco de Esquerda, no Parlamento e nas ruas, com todos aqueles e aquelas que em cada greve, em cada manifestação, em cada protesto popular demonstraram ter a vontade e a determinação de combater o Governo da Troika.

1.1. ELEIÇÕES

Durante o mandato cessante da Mesa Nacional realizaram-se duas eleições: legislativas (Junho 2011) e Regionais na Madeira (Outubro 2011). Este foi um período muito difícil para o Bloco de Esquerda, que teve de enfrentar uma derrota eleitoral em duas eleições muito marcadas pela assinatura do memorando da troika e pela chantagem social que determinou o discurso da direita durante as campanhas eleitorais e a vitoria com maioria absoluta do PSD/CDS.

Nas legislativas o Bloco obteve 5,17%, foi a quinta força política com 288.973 votos. Este resultado significou uma descida considerável relativamente aos resultados de 2009, conseguindo no entanto manter um Grupo Parlamentar de 8 deputados, tendo elegido 3 deputados em Lisboa, 1 em Setúbal, 1 no Algarve, 1 em Aveiro e 2 no Porto.
Nas regionais da Madeira, com o resultado de 1,7%, com 2.512 votos, Perdemos a nossa representação no

Parlamento Regional. Apesar deste resultado, a organização regional da Madeira tem desenvolvido um grande esforço para continuar o trabalho e actividade política e continuar a marcar a agenda política regional.
O balanço das eleições legislativas foi discutido na reunião da Mesa Nacional de 18 de Junho, e em várias reuniões e assembleias concelhias e distritais por todo o país. Logo após as eleições, abriu-se no esquerda.net uma área de debate sobre os resultados eleitorais do Bloco de Esquerda onde todas as pessoas, filiadas ou não no Bloco, puderam participar e dar o seu contributo. Foram publicados todos os contributos recebidos, quase 150 artigos

1.2. MOBILIZAÇÕES SOCIAIS

Num ano marcado pela contestação social à austeridade com greves, protestos, vigílias, concentrações e manifestações, duas greves gerais e várias mobilizações, a presença do Bloco destaca-se nos momentos mais importantes:

• Setembro de 2011: artistas e públicos indignados juntam 300 pessoas no Rossio; professores desempregados e precários denunciam o despedimento de mais de 30 mil professores no início no ano lectivo.

• 1 de Outubro 2011 - primeiro grande momento de contestação contra o governo PSD/CDS. A manifestação convocada pela CGTP reuniu 130 mil pessoas em Lisboa e 50 mil no Porto. Foi convocada uma semana de luta entre 20 e 27 de Outubro que incluiu greves em vários sectores.

• 15 de Outubro 2011 - em resposta ao apelo lançado pelo "indignado" de Espanha, dezenas de milhares de pessoas saíram à rua em 9 cidades. Em Lisboa a manifestação foi seguida de uma assembleia popular.

• 12 de Novembro 2011 - desfile contra os cortes salariais e os cortes nos subsídios reúnem milhares d funcionários públicos em Lisboa. Ao mesmo tempo, 10 mil militares marcham em silêncio do Rossio até mão ministério das finanças.

• 24 de Novembro - a imposição das medidas de austeridade, o desemprego e a precariedade motivaram a convocatória de uma iniciativa conjunta da CGTP e da UGT, considerada a maior de sempre e que pela primeira vez contou com uma manifestação em Lisboa convocada também pela plataforma 15 de Outubro. Através dos sindicatos. Integrados nos movimentos de precários ou nos movimentos estudantis, milhares de bloquistas participaram na organização destas greves, estiveram nos piquetes e na manifestação em Lisboa.

• 17 de Dezembro - 600 pessoas juntaram-se para dar inicio ao trabalho de Auditoria Cidadã da Divida no teatro S. Jorge em Lisboa. Esta assembleia aprovou o projecto de resolução e elegeu uma comissão de auditoria. Desde o primeiro momento, esta iniciativa contou com o apoio e a colaboração directa de militantes e dirigentes do Bloco.

• 21 de Janeiro 2012 - marcha da indignação organizada pela plataforma 15 de Outubro juntou milhares de pessoas em Lisboa pelo direito ao trabalho com direitos, contra as privatizações e pela auditoria da divida.

• 11 de Fevereiro 2012 - manifestação da CGTP encheu o terreiro do paço contra a austeridade.

• 29 de Fevereiro 2012 - semana de luta da função publica e participação na jornada de luta europeia contra a austeridade, a pobreza, a exploração, pelos salários e pelos serviços públicos

• 22 de Março 2012 - segunda revê geral convocada pela CGTP. Mais uma vez a militância do bloco participou activamente nesta greve e nos piquetes. Apesar de menos expressiva do que a primeira, esta Greve Geral foi um momento importante na sequência da contestação a este governo. Mais uma vez realizou-se uma manifestação em Lisboa, que ficou marcada pelas agressões policiais que acabaram por atingir dois jornalistas e provocar um protesto por parte dos jornalistas da lusa.

• 31 de Março 2012 - dezenas de milhares de pesso-

as juntaram-se em Lisboa na manifestação convocada pela ANAFRE contra a proposta de lei de reorganização administrativa territorial autárquica.

• 11 de Abril 2012 - meia centena de pessoas reuniu-se no S. Jorge em Lisboa numa assembleia convocada pela associação de inquietos lisbonense contra a nova "lei dos despejos".

• 25 de Abril e 1 de Maio 2012: mais uma vez o bloco marcou presença nas manifestações. No 25 de Abril centenas de bloquistas participaram no cortejo do Bloco encabeçado por uma faixa em homenagem ao Miguel Portas. No 1º de Maio um milhar de pessoas participaram no desfile do Mayday num grito contra a precariedade e a austeridade.

• 12 de Maio 2012 - mais de mil pessoas marcharam em Lisboa respondendo ao apelo internacional da primavera global.

• 16 Junho 2012 - 20 mil pessoas aderiram à manifestação da CGTP contra a precariedade, o desemprego e a política do governo de submisso à troika

• Junho 2012 - Junho ficou marcado pelos propostos dos professores contra a degradação do ensino, contra os despedimentos, em defesa dos contratados e pela defesa da escola pública. Durante todo o mês de Junho realizaram-se protestos, marchas e vigílias.

• 23 de Junho, 7 Julho, 1 Setembro - o Bloco marcou presença nas marchas LGBT de Lisboa e do Porto e teve um papel decisivo na organização da primeira marcha LGBT dos Açores.

• 7 Julho 2012 - enfermeiros organizam uma vigília contra o "insulto", em protesto contra a contratação de profissionais a menos de 4 euros/hora.

• 11 e 12 de Julho 2012 – os médicos organizam uma greve e uma manifestação com extraordinária adesão em defesa do SNS e da contratação pública.

• Setembro 2012 - a Iniciativa Legislativa de Cidadãos "lei contra a precariedade" entregou mais de 38 mil assinaturas para combater a precariedade.

• Setembro 2012 - lançamento do Manifesto em Defesa do Serviço Publico de Rádio e Televisão promovido por sete personalidades do sector conta com a subscrição de personalidades da sociedade portuguesa e com o apoio e subscrição de dirigentes e deputados do Bloco de Esquerda.

• 15 Setembro 2012 - a convocatória "que se lixe a troika, queremos as nossas vidas", onde participaram militantes do bloco, levou à rua um milhão de pessoas em todo o pais contra as novas medidas de austeridade impostas pelo governo, na maior manifestação realizadas em Portugal desde o 1º de Maio de 1974.

Para além destas, 2012 foi um ano marcado por centenas de greves e mobilizações sectoriais, nos transportes, nos portos, na carris e no metro, CP, Soflusa, Transtejo, controladores aéreos, motoristas e cantoneiros da CML, rodoviária de Lisboa; mas também noutros sectores menos habituados a este tipo de protestos, protagonizadas pelos trabalhadores da RTP, da orquestra metropolitana, médicos, entre outros.

Para além destas greves e mobilizações, são de destacar os protestos conta o ACTA, contra a privatização da EDP e outras privatizações, contra a construção da barragem do Tua, contra o encerramento de tribunais, pelo direito dos estudantes ao acesso às bolsas. Com grande participação dos bloquistas destacam-se ainda as lutas contra a introdução de portagens nas ex-SCUT e as mobilizações populares contra o encerramento da Maternidade Alfredo da Costa ("Abraço à MAC" e "uma flor pela MAC"), em que o Bloco teve um grande envolvimento desde o primeiro momento.

1.3. TRABALHO[1]

O nosso trabalho foi iniciado sob uma feroz agenda

2 - Informação da Coordenadora Nacional do Trabalho

liberal com o objectivo de aprofundar fragmentação do trabalho e do sujeito social, cujas consequências foram o ataque ao Estado e às suas funções sociais, com um amplo programa de privatizações, uma crescente precariedade e desemprego, um forte ataque aos salários e uma proletarização de largas camadas sociais. O resgate externo em curso garantiu um programa de saque máximo para a burguesia, colocando valores astronómicos nas mãos do capital e da banca privada e garantindo maiores taxas de exploração ao capital.

Desde a assinatura em Abril 2011 do memorando com a Troika pelo PS tendo sido apoiado pelos partidos da direita PSD/CDS que temos estado perante um roubo colossal e uma das maiores transferências do trabalho para o capital.

O Bloco de Esquerda tem participado na rede de sindicalistas da Esquerda Europeia, onde temos tentado contribuir para cimentar esta rede e aumentar a sua capacidade propositiva e de luta em cada país, e para o reforço da necessidade de coordenação das lutas na U.E., em particular nos países do sul da Europa. Temos também sido convidados para participar em iniciativas em diversos países, onde temos colocado as nossas posições sobre a situação nacional e internacional.

Em varias esferas de participação, temos apresentado propostas concretas de coordenação, desde logo no Conselho Nacional da CGTP-IN para a mobilização de todos e todas para as grandes jornadas de luta anunciadas para os dias de 15 de Setembro, 29 de Setembro e de Outubro, e defendendo a realização de uma Greve Geral em Novembro.

Propusemo-nos e propomos-mos a aprofundar o nosso trabalho na disputa de influências sociais no trabalho, condição essencial para se poder enraizar todo o trabalho de um partido de massas.

A primeira grande tarefa que enfrentámos foi a de dar repostas no Congresso da CGTP-IN a 27 e 28 de Janeiro de 2012, no sentido de uma intervenção "articulada, interventiva e politica em torno da crise, demonstrando uma visão diferente sobre a Europa, afirmando alternativas e a necessidade de plataformas de articulação e entendimento em lutas conjuntas. O violento assalto da Troika e do governo PSD/CDS, contra o trabalho a precarização e os direitos dos trabalhadores, assumem particular realce no recente "acordo" de concertação social.

Um outro ponto de intervenção foi o papel da contratação colectiva e dos sindicatos, em contraponto à individualização das relações laborais, de cooperação na luta do movimento sindical com os movimentos sociais (proposta levada a votos e não aprovada). Por último foi abordada a adesão à CSI, esta proposta acabou por ter maior adesão na votação por parte da oposição, (114 votos).

Neste Congresso, a «rede social de influência» teve entre 25 a 30 delegados/as, um pouco mais do que no Congresso anterior. Se tivesse havido uma intervenção mais persistente no contacto com os/as trabalhadores/as por parte de cada um/a de nós, mais delegados/as poderíamos ter elegido. Mantivemos no CN da CGTP-IN os mesmos 6 elementos que tínhamos no início do anterior mandato, foi uma abordagem difícil, mas conseguida."[2]

Propusemos-mos ainda a apoiar e acompanhar as diversas eleições que se realizaram para as CT's e Sindicatos. Foi assim nas eleições para as CT's da EDP, INCM, AutoEuropa e na Efecec, e nas eleições sindicais do SPGL.

Consideramos que é necessário melhorar a coordenação e a comunicação através de uma maior ligação com as coordenadoras distritais ganhando-as para a importância da criação de grupos de trabalho, das questões laborais e da realização de plenário de activistas. Neste momento só a Distrital do Porto tem uma coordenadora que tem feito um bom trabalho

1 -Balanço da CNT distribuído na Mesa Nacional de 30 de Janeiro

de ligação aos trabalhadores e aos seus problemas, muitas das vezes têm sido acompanhados pelos deputados do distrito e com regularidade têm feito debates sobre temas relevantes que atinge o trabalho. É importante que este trabalho se estenda a outras regiões.
A realização de plenários sectoriais dentro e fora grandes empresas melhora o debate, informação, articulação e intervenção, entre todos e todas, objectivo que temos procurado cumprir, tanto no anterior mandato como neste. Exemplo disso o sector Automóvel onde houve reunião nacional que este ano foi promovida pela CT da Autoeuropa.

Em relação aos professores e professoras, pretendemos aprofundar o estado da educação em Portugal, implicando o maior numero de docentes nesta discussão, produzir um manifesto e realizar um encontro nacional de professores/as.

Realizamos o 2.º Encontro Nacional de CT's no dia 29 Setembro que aprofundou a situação de ataque ao trabalho com os sucessivos pacotes austeritários e do código de trabalho que reforçou o ataque aos seus direitos colectivos, nomeadamente aos contractos colectivos e AE's, aos salários directos e indirectos, ao direito ao emprego com a liberalização dos despedimentos, tem vindo a colocar em causa sindicatos e CT's. Cada vez mais a existência da organização colectiva dos trabalhadores, nomeadamente as CT's, mais próxima dos trabalhadores, tem de ser de defendida. Discutimos dois documentos, um mais virado para a criação de novas CT's e de actualização dos seus Estatutos como a lei obriga, e o outro mais centrado na intervenção das CT´s no difícil momento actual. A interligação da actividade em rede de CT's foi também considerada como fundamental. Por fim tomámos medidas para finalizar a recolha da Petição de Trabalhadoras/es do sector público e do sector privado que exige o fim da austeridade.

Temos consciência que precisamos de melhorar a interligação e coordenação do trabalho nas empresas e sectores. Assim como temos tido dificuldades na dinamização e na publicação on-line e/ou em papel, com regularidade, do PARTICIPACÇÃO para todos os Distritos que a requeiram, que a nosso ver constitui uma ferramenta fundamental da nossa intervenção e articulação.

Por último, consideramos como muito positivo a Iniciativa do lançamento de um manifesto público "Contra o aumento do horário de trabalho" que envolveu sindicalistas, membros de CT's, dos movimentos sociais e da academia, comprovando-se que o espaço de alargamento da intervenção do Bloco também pode ser feito pela intervenção laboral.

2. Autarquias[3]

2.1. AUTARQUIAS E TRABALHO LOCAL

Em Setembro 2011, na primeira reunião após a 7.ª Convenção, a Mesa Nacional elegeu uma nova Comissão Nacional Autárquica, integrando responsáveis de todas as regiões, um membro da Comissão Política e um jurista.

Em um ano de mandato, a CN Autárquica realizou cinco reuniões, com resumos e conclusões publicadas no Correio da Mesa: Lisboa, 20/11/2011, convocou as Jornadas Autárquicas 26/11/2011, em Almada, sobre o "Documento Verde" da Reforma Administrativa; Lisboa, 21/01/2012, discutiu o projecto de resolução à Mesa Nacional de 04/02; Viseu, 17/03/2012, nas Jornadas da Interioridade; Lisboa, 16/06/2012, preparou os projectos de deliberação sobre referendo local apresentados em dezenas de Assembleias Municipais e de Freguesia; Santa Maria da Feira, 01/09/ 2012, no "Socialismo 2012", balanço da campanha do referendo e proposta da campanha sobre o IMI.

Neste último ano, além do apoio político e jurídico a autarcas de todo o país e a acções de formação a nível regional, a actividade da CN Autárquica concentrou-se no debate e elaboração de alternativas ao Documento Verde.

3 - Informação da Coordenadora Nacional Autárquica

As Jornadas Autárquicas de 26 de Novembro 2011, com a participação mais de uma centena de autarcas e activistas locais, foram um momento importante de discussão que ajudou a clarificar a nossa resposta aos quatro eixos da reforma administrativa, plasmada na resolução da Mesa Nacional de 4 de Fevereiro: empresas municipais, regionalização, referendos locais em alternativa à extinção centralista de freguesias/municípios; novas leis eleitorais autárquicas.
Depois do fracasso da revisão da lei eleitoral autárquica, por falta de acordo entre os partidos do governo e apesar da mão estendida pelo PS ao PSD, o que resta do Documento Verde apresentado há um ano por Miguel Relvas resume-se essencialmente à Lei 22/2012 sobre a extinção de freguesias.
Em articulação com o grupo parlamentar e com o Projecto de Lei n.º 163/XII tornando o referendo local obrigatório e vinculativo no processo legislativo de criação, extinção, fusão e modificação de autarquias locais, aprovámos moções a favor do referendo em dezenas de assembleias municipais e de freguesia. Depois confrontámos as restantes forças políticas como projectos de deliberação para a realização de referendos locais, só tendo sido aprovado em Barcelos, cuja pergunta foi chumbada pelo Tribunal Constitucional, embora reconhecendo que esta matéria é referendável.

A campanha pelo referendo local constitui um exemplo de acção concertada que ajudou a afirmar a identidade da política autárquica bloquista e precisa de sequência. Neste sentido surge a campanha sobre o IMI 2013.

2.2. CAMPANHA CONTRA A REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA - REFERENDOS LOCAIS

Com a entrada em vigor da Lei n.º 22/2012, de 30 de Maio, a Comissão Nacional Autárquica iniciou uma campanha para a realização de referendos locais em todas as autarquias onde o Bloco de Esquerda se encontra representado.

O actual Regime Jurídico do Referendo Local condiciona fortemente estes projectos e a sua concretização nos moldes que o Bloco de Esquerda idealizou no Projecto de Lei n.º /XII. Ainda assim se verificou um esforço notável dos nossos autarcas, verificando-se mesmo uma grande vitória em Barcelos, onde o projecto foi apresentado.

Nos Açores e Madeira, os condicionalismos das Regiões Autónomas e, no caso dos Açores, a proximidade de eleições regionais, colocaram este assunto fora da agenda política.

O Bloco de Esquerda está representado em 94 municípios, dos quais 19 não estão obrigados à RATA. Assim, e considerando os 75 municípios (Açores e Madeira incluídos) onde o BE está representado, e abrangidos pela RATA, foram apresentados até agora 39 projectos de deliberação, o que representa 52%.
Foi ainda desenvolvido um argumentário genérico, dirigido aos nossos autarcas para a defesa das propostas e está a ser ultimado um argumentário específico de ataque ao PS.

3. Reuniões e deliberações da Mesa Nacional

Durante este mandato a Mesa Nacional reuniu 7 vezes. Ainda durante o ano de 2011 realizaram-se três reuniões: 18 de Junho, 24 de Setembro e 3 de Dezembro. Em 2012 a Mesa reuniu nos dias 4 de Fevereiro, 5 de Maio, 7 de Julho e 22 de Setembro.

Durante este período manteve-se a publicação regular do Correio da Mesa com a informação da actividade do Bloco, documentos preparatórios das reuniões da Mesa, minutas das reuniões anteriores e informação sobre a actividade do Bloco.

Na primeira reunião da Mesa Nacional foi aprovada uma resolução com o balanço dos resultados eleitorais e enunciava as tarefas do Bloco no quadro político seguinte, com destaque para todos os combates levantados contra o memorando da troika. Foi ainda aprovado o regulamento da Mesa. No Correio da

Mesa foram ainda integrados contributos para o debate sobre o balanço eleitoral.

A segunda reunião da Mesa aprovou a resolução "A luta social contra a austeridade" com a analise dos primeiros três meses do governo da troika e a analise da crise do euro, a enunciação das prioridades do Bloco para os meses seguintes (a destacar as eleições na Madeira) e informação de que a Convenção do Bloco seria convocada para penúltimo trimestre de 2012. Nesta reunião do foram ainda aprovados o relatório da comissão nacional autárquica e a nova comissão nacional autárquica, assim como o plano de trabalho da coordenadora nacional do trabalho.

A ultima reunião da Mesa em 2011 discutiu as propostas do Bloco de Esquerda para o Orçamento do Estado de 2012, e aprovou a resolução "contra o inaceitável fardo da divida, toda a luta social é condição da democracia", onde o bloco defendeu quatro medidas para uma resposta europeia contra a chantagem financeira (intervenção imediata do BCE como comprador de divida, substituição de títulos nacionais por eurobonds, troca directa de dividas publicas Entre estados, recusa da avaliação das agencias de rating), e a auditoria da divida.

A primeira reunião da Mesa Nacional em 2012 foi alargada à presença e participação das estruturas distritais e regionais, e aprovou duas resoluções: "toda a mobilização contra o governo da troika" com a analise da situação política e da luta social, e "organização à altura da acção política", uma resolução que apontava como tarefas imediatas do Bloco a organização das Jornadas Contra o Governo da troika, o processo de auditoria à divida, a realização de uma conferencia internacional sobre economia, a preparação do 13º aniversario do Bloco de Esquerda, e a importância da participação em todas as lutas sociais e populares a nível local e nacional. Ainda nessa reunião foi discutido o "Documento verde" do Governo e aprovada a resolução "Pela Democracia Local".

Em Maio, na quinta reunião deste mandato, a Mesa Nacional prestou homenagem a Miguel Portas. Foi aprovada uma resolução política e foi discutido o contributo do Francisco Louçã "Na era dos credores, o rumo estratégico para a esquerda é criar movimento e unidade contra a troika". Foi ainda apresentada a proposta de realização de um referendo nacional ao "tratado sobre estabilidade, coordenação e governação na união económica e monetária.

A reunião da Mesa Nacional de Julho discutiu e aprovou o projecto de resolução "propostas do Bloco de Esquerda para combater a tirania da divida", que propunha um programa com dois objectivos: a recusa do memorando da troika e as suas condições e a reestruturação da divida. A Mesa aprovou o regulamento do processo preparatório da VIII Convenção Nacional do Bloco de Esquerda e discutiu as contas de 2011.

4. Campanhas, Iniciativas Nacionais e Agitação de Rua

Durante o período deste mandato, o Bloco de Esquerda organizou centenas de iniciativas, debates, sessões públicas e acções de agitação.

Depois das eleições legislativas de 2011 a actividade recomeçou em Julho com o Acampamento Liberdade 2011. Durante o verão mais uma vez o bloco elegeu os comícios de verão como forma de prestação de contas e de contacto privilegiado com a população. Foram realizados 3 comícios de verão. Ainda em Agosto fizemos um comício de reentre política no distrito de Aveiro, seguido pelo Socialismo 2011, que contou com a presença de centenas de participantes em Coimbra nos dias 9, 10 e 11 de Setembro. Nos dias 10 e 11 de Outubro realizaram-se jornadas parlamentares no distrito de Setúbal. No final de Outubro realizou-se o Encontro Nacional do Trabalho e já em Novembro as Jornadas Autárquicas. No dia 26 de Novembro o Bloco organizou no Porto uma Conferência Internacional sobre a Divida, que contou com a presença de centenas de pessoas. Para além estas iniciativas, organizaram-se centralmente vários comícios, jantares e sessões públicas, num total de 86 iniciativas.

Entre Janeiro e Setembro de 2012, o Bloco de Esquerda organizou centralmente 56 iniciativas, três delas internacionais. Logo em Janeiro realizou-se uma iniciativa internacional sobre a PAC em Lisboa. Em Fevereiro, promovemos uma concentração de solidariedade com a Grécia e várias sessões públicas. Ainda no final de Fevereiro foi lançada a Campanha pelos Referendos na alteração ou extinção de freguesias. Em Março o bloco organizou um colóquio sobre a pobreza em Santarém, as Jornadas do Interior em Viseu, as Jornadas Parlamentares no Porto e jantares/almoços/comícios de aniversário em Lisboa, Coimbra e Braga. Já no final do mês, o bloco empenhou-se na organização e preparação da greve geral.

Entre Março e Abril realizaram-se por todo o país vários jantares/almoços/comícios de aniversário (como em Lisboa, Coimbra, Braga e Porto). Muitos deles integraram-se em iniciativas locais no âmbito das Jornadas contra o Governo da Troika.

Ainda em Abril o Bloco de Esquerda dedicou-se à organização de uma sessão pública de homenagem ao Miguel Portas, realizada no Teatro S. Luiz nomeia 29 de Abril.

Já em Maio, para além da manifestação, o Bloco organizou uma conferência económica intencional "Portugal na Encruzilhada da Europa" em Lisboa nos dias 18 e 19 e varias sessões publicas e comícios por todo o pais.

No dia 15 de Junho, integrada na jornadas contra o governo da troika, o Bloco de Esquerda organizou uma grande conferencia internacional na Casa do Alentejo com representantes de França, Grécia, Alemanha e Irlanda que contou ainda com a presença de Carvalho da Silva, onde estiveram cerca de três centenas de pessoas. No dia 16 o comício-concentro de solidariedade com o povo grego reuniu no Largo Camões em Lisboa centenas de pessoas. Ainda em Junho foi lançada a nova Revista Vírus.

Durante o verão o bloco organizou três comícios de verão, o acampamento Liberdade 2012 e o Fórum Socialismo 2012 em Santa Maria da Feira, que mobilizou meia centena de pessoas na maior edição do fórum socialismo de sempre.

Durante este mandato foram ainda promovidas a nível distrital com apoio central muitas campanhas e iniciativas, entre as quais se destacam a campanha pela habitação (contra a nova lei do arrendamento urbano) que promoveu a realização de dezenas de sessões de esclarecimento por todo o país e deu origem à criação de movimentos de inquilinos em Lisboa; a campanha pela defesa dos transportes públicos (contra o aumento das tarifas, o corte de carreiras e a diminuição da frequência) com grande impacto nos distritos de Lisboa, Porto e Setúbal; campanha de jovens destinada aos estudantes de secundário.

5. Actividade Parlamentar

5.1. PRIORIDADES DA ACTIVIDADES PARLAMENTAR

Durante esta sessão legislativa (de 27 de Junho de 2011 a 19 de Julho de 2012) o Grupo Parlamentar (GP) do Bloco de Esquerda apresentou 102 projectos de lei e 131 projectos de resolução. O Bloco foi o partido que apresentou mais iniciativas legislativas, orientando e mobilizando todos os seus esforços na luta contra o governo da troika e contra o empobrecimento imposto pela política de austeridade.

Em todas as áreas, da saúde ao território, da educação ao trabalho, cultura ou direitos dos animais, na economia e nos direitos e liberdades, o Bloco contestou uma a uma as medidas do Governo e do memorando que conduzem o país ao abismo.

Estivemos na primeira linha contra a fúria privatizadora deste governo, que apenas favorece os privados em detrimento do erário público e do interesse das populações. Apresentámos inúmeros projectos contra a privatização da ANA, CTT, REN, EDP, e linhas suburbanas da CP, e ainda contra a privatização das Águas de Portugal. Entregámos ainda no Parlamento

uma iniciativa sobre a Lei da Televisão, impossibilitando a alienação de canais de televisão de serviço público.

Esta sessão legislativa ficou marcada pela contestação ao Orçamento do Estado e ao Código do Trabalho, viabilizados pelo PSD/CDS e pelo PS; mas também pelos pedidos de fiscalização ao Tribunal Constitucional (TC) em que o Bloco de Esquerda ganhou projecção na convergência com o GP do PCP e alguns deputados do PS.

Este período fica marcado pela vitória conseguida com a queixa ao Tribunal Constitucional assinada pelo Bloco com um conjunto de deputados do PS pela inconstitucionalidade dos cortes dos subsídios aos funcionários públicos e aos pensionistas que, perante a resposta positiva do TC, representou uma derrota do Governo e abriu novos horizontes da luta social e popular.

Também é de destacar o pedido de fiscalização sucessiva apresentado ao TC, em conjunto com o PCP, sobre as alterações ao Código de Trabalho, centrado na violação do conceito de justa causa, "conceito primordial na Constituição da Republica Portuguesa".

O GP do Bloco de Esquerda esteve ainda na origem de dois inquéritos parlamentares fundamentais à democracia e transparência: BPN e Parcerias Público-privado.

5.2. INICIATIVAS APROVADAS

Mesmo num contexto de maioria absoluta da direita, o Bloco conseguiu fazer aprovar 7 projectos de lei e 9 projectos de resolução.

Os projectos aprovados incidem sobre as questões do enriquecimento ilícito, controle publico da riqueza de titulares de cargos públicos, alteração ao regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos caros públicos, testamento vital, obrigatoriedade de prescrição por denominação comum internacional e clarificar das situações em que uma autorização de um medicamento para uso humano pode ser indeferida, suspensa, revogada ou alterada.

5.3. TRABALHO, PRECARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

As primeiras iniciativas legislativas do Bloco nesta primeira sessão legislativa foram dedicadas ao combate à precariedade e aos falsos recibos verdes, e à regulação dos contractos a prazo para clarificar os seus critérios de admissibilidade.

Foram ainda apresentados inúmeros projectos de lei que visam o combate contra despedimentos abusivos; reforçar os direitos emergentes de contrato de trabalho, da sua violação ou da sua cessação, perante empresas insolventes; majorar o subsídio de desemprego para os casais desempregados; facilitar o acesso ao subsídio de desemprego aos trabalhadores que tenham os seus salários em atraso; prevenir a desorçamentação e a acumulação de prejuízos em empresas do Sector Empresarial Local, determinando para o efeito a obrigatoriedade de extinção de empresas deficitárias; concretizar o direito de negociação colectiva dos trabalhadores das Administrações Regionais; impedir que se perca o subsídio de desemprego por falta de resposta a SMS do centro de emprego; e condicionar a atribuição de subsídios e apoios públicos nas artes do espectáculo e do audiovisual ao cumprimento das leis laborais combatendo a precariedade.
O Bloco procurou também, mediante a apresentação de iniciativas legislativas, pôr fim às inúmeras injustiças de que têm sido vítimas os trabalhadores da empresa nacional de Urânio; os ajudantes familiares; os militares e ex-militares que não beneficiaram da reintegração a que poderiam ter direito; os trabalhadores com deficiência visual, a quem o Bloco queria ver reconhecido o direito à antecipação da idade de reforma e aposentação por velhice, sem penalização; as amas de creche familiar; e os membros das forças armadas alvo de infrações disciplinares por motivo de associativismo representativo.

O Bloco procurou ainda garantir a justiça e acessibi-

lidade aos que necessitam de apoio do complemento solidário para idosos.

Durante o agendamento potestativo do Bloco sobre Desemprego e Precariedade foram discutidas e votadas cinco propostas legislativas:

1) O projecto de lei que visava regular os contractos a prazo para clarificar os seus critérios de admissibilidade .

2) O projecto de lei sobre o combate ao falso trabalho temporário e a protecção dos trabalhadores temporários.

3) A proposta de alteração do regime jurídico de protecção no desemprego, tornando os programas ocasionais voluntários e remunerados.

4) O projecto de resolução que propunha recomendar ao governo que tome medidas urgentes para pôr fim às injustiças a que os trabalhadores a falso recibo verde estão sujeitos.

5) O projecto de resolução que recomendava ao governo a alteração imediata das condições do subsídio de desemprego para aumentar o apoio social a quem não tem emprego.

O Bloco apresentou igualmente inúmeras recomendações ao governo, entre as quais a que se refere à actualização de todas as pensões com valor inferior a 419.22 euros no ano de 2012; à suspensão imediata nos cortes das pensões de cerca de 15 mil pensionistas; e ao aumento imediato do salário mínimo nacional.

5.4. AMBIENTE, TERRITÓRIO E MOBILIDADE, AGRICULTURA E PESCAS

Na área do Ambiente e Agricultura, o Bloco enfrentou a oposição da maioria, que impediu a aprovação das propostas apresentadas e já sujeitas a votação.

No que concerne às iniciativas sobre reafectação ao regime florestal da parcela de terreno sita à Av. dos Bombeiros, em Lisboa, impedindo a delapidação do Parque Florestal de Monsanto, a revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Arrábida (POPNA), a suspensão imediata da barragem do Foz Tua e a sua exclusão do plano nacional de barragens, a proibição da importação e comercialização de milho transgénico MON810 e a concessão de um apoio extraordinário à compra de biomassa como forma de prevenir os fogos florestais neste ano de seca severa. Também a proposta de regulação da venda directa de pescado, em situações excepcionais, foi rejeitada.

A proposta bloquista que previa a criação da obrigação de auto-consumo da energia produzida pelo cogerador, podendo apenas ser vendida à rede a energia excedente não consumida, também não acolheu o apoio necessário à sua aprovação.

Os dois projectos de lei para impedir o financiamento público das touradas e para proibir a exibição de espectáculos tauromáquicos na televisão pública foram, por sua vez, chumbados pelos votos conjuntos de PSD, CDS, PS e PCP, mas muitos deputados do PS votaram favoravelmente.

Ainda não foram sujeitos a votação as iniciativas relativas à implementação de uma nova Lei de Bases do Ambiente; à criação do Banco Público de Terras Agrícolas para arrendamento rural; à alteração do regime de exercício da actividade pecuária, punindo os produtores incumpridores e protegendo o ambiente; à adopção urgente de medidas de apoio aos agricultores hortícolas portugueses afectados pela crise da E. COLI; à suspensão e revisão do plano de ordenamento do Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina; à suspensão dos fundos do QREN para a construção do biotério cental até à conclusão de um estudo sobre as necessidades de animais para fins de experimentação cientifica e sobre a rede nacional de biotérios; à revogação do Despacho n.º 13491/2011 e à protecção de milhares de sobreiros e azinheiras; e também à admissão de um projecto-piloto de venda directa de pescado através de um cabaz do peixe na zona de Sesimbra.

No parlamento, o Bloco opôs-se firmemente ao plano estratégico de transportes implementado pelo governo, recomendando a sua suspensão imediata e a sua discussão pública. No sector dos transportes públicos, o Bloco propôs ainda a reintrodução do Passe Social Intermodal, também foi chumbada pela maioria PSD e CDS-PP.

No sector ferroviário, o Bloco propôs a modernização da linha férrea Porto-Vigo e a requalificação da linha ferroviária Tua-Mirandela-Bragança; recomendou a restauração da ligação directa Beja-Lisboa por comboio intercidades, a electrificação do troço da linha férrea entre Casa Branca e Estação de Ourique e a continuidade da ligação ferroviária entre o Alentejo e o Algarve através do ramal da Funcheira; e a reposição dos locais de paragem do intercidades em Setúbal e Alcácer do Sal e a restituição do serviço regional da linha do sul entre Barreiro e Tunes.

O Bloco apresentou ainda dois projectos referentes ao encerramento da linha do Vouga e à continuação do projecto de requalificação da linha do Douro e a electrificação do troço entre Caíde e Marco de Canaveses.

No sector rodoviário, foi proposta a construção do IC-35, rejeitada pelo PSD e CDS-PP, e a manutenção do sistema de isenções e descontos em todas as EX-SCUT.

O Bloco apresentou ainda uma proposta sobre o direito à mobilidade dos ciclistas e peões no Código da Estrada, que foi rejeitada pelo PSD e CDS-PP, com a abstenção do PS.

Na defesa do direito à habitação, o Bloco apresentou no parlamento um projecto de resolução sobre a necessidade de suspender a aplicação da renda apoiada nos bairros sociais e rever este regime. A iniciativa foi votada ponto a ponto, sendo que PS, PSD e CDS se opuseram à suspensão da aplicação da renda apoiada, tendo sido a revisão do regime aprovada.

Logo em agosto do mesmo ano, o Bloco propôs a alteração ao regime de renda apoiada para uma maior justiça social.

Em Fevereiro de 2012 deram entrada na Assembleia da República duas iniciativas do Bloco na área da habitação: o projecto de lei que altera o regime de arrendamento urbano e cria um regime especial de mobilização de fogos devolutos e o projecto de resolução que exige ao Governo a adopção de um período de adaptação de 15 anos para qualquer mecanismo de actualização das rendas anteriores a 1990, tal como estabelecido no programa do Governo PSD/CDS.

Relativamente a estes temas, tanto a oposição à nova lei do arrendamento urbano como as nossas posições sobre a defesa dos transportes públicos foram acompanhadas e promovidas por campanhas de propaganda, agitação de esclarecimento promovidas por várias estruturas distritais e concelhias do Bloco de Esquerda.

O mesmo aconteceu relativamente à proposta de Reorganização Administrativa Territorial Autárquica, que mereceu todo o empenho do GP do Bloco na defesa do direito de pronúncia popular no caso de extinção, fusão ou agregação de freguesias.

5.5. SAÚDE

Na área da Saúde, o Bloco de Esquerda apresentou e fez aprovar a prescrição por DCI (lei dos genéricos), a lei anti- bloqueio pelos Tribunais da entrada no mercado de novos genéricos, o Testamento Vital e o Estatuto do Dador de Sangue. Igualmente aprovados diversos projectos de resolução que recomendavam ao governo a criação do Estatuto do Doente Crónico, a regulamentação das terapêuticas não convencionais, a dispensa de um novo tratamento aos portadores de Paramiloidose (doença dos pezinhos) e a regulamentação da actividade dos optometristas.

Não foram aprovados diversos projectos de lei do Bloco que propunham a abolição das taxas moderadoras, o aumento da comparticipação do estado no preço dos medicamentos para desempregados, be-

neficiários do RSI, portadores de doenças crónicas e de doenças raras, e o acesso de todas as mulheres à PMA independentemente do estado civil, da situação clínica e da orientação sexual.

Foram rejeitados os projectos de resolução sobre a manutenção da Maternidade Alfredo da Costa, a transformação do devoluto Hospital Maria Pia numa unidade de cuidados paliativos para crianças e adolescentes, a aprovação do Plano Nacional de Saúde 2011/2012 pelo Parlamento, a contratação pelo SNS dos profissionais de saúde em situação precária e a rejeição dos planos de reorganização (encerramentos) de diversos hospitais e centros hospitalares.

Durante este período, o BE desenvolveu diversas acções políticas e iniciativas parlamentares em defesa do SNS e contra o encerramento de serviços de saúde, de apoio à greve dos médicos, contra a contratação de profissionais de saúde através de empresas privadas e com salários indignos, contra as PPP na saúde e pelo cumprimento da Carta de Direitos dos Utentes do SNS (tempos de espera).

5.6. CULTURA

1) Caminhos p'rá cultura: com a aceleração da crise tornou-se necessário este ano perceber de que forma o setor estava a reagir. Nos primeiros seis meses deste ano visitámos 49 estruturas e agentes culturais por todo o país. Desta forma foi possível perceber bem a situação de colapso em que toda a estrutura de serviços públicos de Cultura se encontra. Todos os teatros e estruturas de criação artística sem excepção reduziram as equipas artísticas e técnicas. O corte total dos apoios gerou um colapso em cadeia de projetos dependentes de diferentes fontes de financiamento nacional e europeu, cancelando programas a decorrer e adiando temporadas indefinidamente. O Bloco de Esquerda exigiu no Parlamento que o governo cumprisse a lei e abrisse os concursos do ICA e da Direcção Geral Das Artes o que ainda não aconteceu.

2) ERC, RTP e comunicação social: a anunciada privatização da RTP será talvez a medida com maior impacto e consequências sobre a Cultura e Comunicação Social do país. A entrega do serviço público de televisão a interesses privados retira o único garante de pluralidade e diversidade de conteúdos televisivos. Antevendo o desenrolar dos eventos o Bloco apresentou ainda nesta legislatura um projecto resolução que obrigaria os donos dos media a publicar toda a cadeia de propriedade dos órgãos de comunicação social, para deixar claro quem manda e quem decide o que se diz e o que se pensa em Portugal.

A ERC é a face mais visível da hipocrisia do regime. O caso Relvas/Público deixou claro aquilo que já se sabia, que a estrutura da Entidade Reguladora para a Comunicação Social é incapaz de garantir o menor grau de idoneidade e independência do poder político e económico. É no entanto necessário que exista e que cumpra a sua missão reguladora. Por esta razão o Bloco apresentou um Projecto de Lei que altera a estrutura da ERC, dando mais poderes ao conselho consultivo e criando autonomia das suas decisões face ao bloco central.

3) Lei do cinema: a contestação social obrigou o Secretário de Estado da Cultura a corresponder às exigências do sector e apresentar uma nova lei do cinema. Foi uma vitória assinalável e um passo essencial para a sobrevivência do cinema português. Infelizmente a lei aprovada não responde às necessidades do sector nem às promessas do executivo. O Bloco apresentou várias alterações à lei que foram sumariamente rejeitadas. É uma lei desactualizada, legalmente frágil, que não permite abrir concursos em 2012 e que aceita a privatização da RTP, colocando assim em risco o principal meio de projecção do cinema português.

O Bloco viu aprovado, por unanimidade, o projecto de resolução para possibilitar o ingresso na carreira docente de todos os professores de técnicas especiais com vínculo à função pública.

O Bloco apresentou também um projecto de lei que propõe estabelecer um regime especial de Segurança Social e de reinserção profissional para os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado.

5.7. EDUCAÇÃO, ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA

O PS, PSD e CDS-PP uniram-se para impedir a aprovação de inúmeras iniciativas apresentadas pelo Bloco na área da educação.

Desde logo, foi rejeitado o projecto de lei que se destinava a garantir um pequeno-almoço gratuito aos alunos que frequentam o pré-escolar e a escolaridade obrigatória.

O mesmo aconteceu com a proposta de criação de um programa faseado de distribuição gratuita e criação de bolsas de empréstimo de manuais escolares na escolaridade obrigatória; a iniciativa que visava a criação de um regime de vinculação dos professores contratados e estabelecia o concurso de ingresso de professores para necessidades permanentes do sistema educativo; o projecto que estabelecia igual valor de propinas para o primeiro, segundo e terceiro ciclos de estudos superiores e estabelecia critérios de isenção de pagamento de propinas; a proposta de actualização extraordinária do valor das Bolsas de Investigação Científica; ou ainda as iniciativas que visavam estabelecer um número máximo de alunos por turma e por docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário e criar equipas escolares multidisciplinares.

O Bloco de Esquerda apresentou ainda projectos de lei relativos à obrigatoriedade de publicação das listas de colocação ao abrigo da bolsa de recrutamento e à implementação de um novo regime de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior. O Bloco apresentou ainda uma iniciativa que propõe estabelecer o regime laboral e social dos investigadores científicos e do pessoal de apoio à investigação, assim como várias recomendações ao governo, entre as quais dois projectos de resolução que visam a prevenção da violência das praxes e apoio às suas vítimas e a implementação de medidas que desencorajam praxes violentas e que apoiam os estudantes vítimas dessas praxes.

O Bloco recomendou também ao governo a revogação dos exames do 4.º ano de escolaridade que o Ministério da Educação; suspensão imediata do encerramento dos Centros Novas Oportunidades; a suspensão do actual modelo de avaliação do desempenho docente; recomendações no sentido da modernização e melhoramento do parque escolar. O GP do Bloco apresentou ainda várias medidas que pretendiam alargar os apoios concedidos aos estudantes neste período de profunda crise económica e social, e para impedir a criação de mega-agrupamentos.

5.8. DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

1) Parentalidade:o GP do Bloco propôs a adopção por casais do mesmo sexo, a adaptação do Código do Registo Civil a esta situação, e a Procriação Medicamente Assistida. A bancada do PS dividiu-se, com a maioria a votar a favor.

2) Direitos dos imigrantes: em matérias relativas ao acesso ao direito por estrangeiros, o Bloco apresentou um projecto que cria os gabinetes jurídicos e reforça mecanismos de acesso ao direito nas zonas internacionais e outra iniciativa legislativa que pretendia consagrar o efeito suspensivo dos recursos previstos na Lei de Imigração. Ainda no que respeita à Lei de Imigração, o Bloco propôs a regularização de trabalhadores imigrantes e menores nascidos em Portugal ou a frequentar o sistema de ensino.

3) Aprofundar a democracia: apresentámos um projecto de lei que visava tornar efectivamente acessível aos cidadãos o exercício eficaz do direito de Iniciativa Legislativa de Cidadãos, propondo que as assinaturas obrigatórias a apresentar em tais iniciativas pudessem ser também recolhidas através da internet, como nas petições; o Bloco propôs que os órgãos autárquicos tivessem mais poder na decisão de criar ou acabar com autarquias locais e se tornasse obrigatório o referendo local para aprovar mudanças no mapa dos municípios. O Bloco apresentou ainda uma proposta que visa proporcionar condições equitativas para a apresentação de listas de cidadãos às eleições dos

Órgãos das Autarquias Locais e assegurar a igualdade de tratamento das listas de cidadãos eleitores e dos partidos políticos e coligações aos órgãos das autarquias locais, assim como dois projectos para a criação das freguesias do Parque das Nações e de Telheiras, no concelho de Lisboa.

4) O combate à violência doméstica: o Bloco viu aprovado o seu projecto de lei que visa reforçar os mecanismos legais de protecção às vítimas de violência doméstica através de uma maior aplicação das pulseiras electrónicas, quer como medida de coacção, quer no contexto da pena acessória de proibição de contacto com a vítima.

5) A transparência enquanto garante da democracia: propusemos alterar a Lei-Quadro do Serviço de Informações da República Portuguesa, para impedir a potencial promiscuidade entre interesses privados e serviços de informações e conceder à Assembleia da República, no âmbito das suas competências, novos mecanismos de acesso a matérias que lhes estão até agora vedadas sob invocação do "segredo de estado"; o bloco apresentou uma proposta para a reforçar as competências da Comissão de Fiscalização de Dados do SIRP nos casos de recolha ilegítima de informação e outra para consagrar o "período de nojo" para os seus dirigentes e funcionários com especiais responsabilidades; foi ainda proposta uma iniciativa que previa a obrigação da divulgação de toda a cadeia de propriedade dos órgãos de comunicação social; uma sobre a ERC; e uma proposta de alteração ao Estatuto dos Deputados, aditando novos impedimentos.

5.9. CRISE, AUSTERIDADE E FINANÇAS

Os dois primeiros projectos de resolução apresentados pelo Bloco na Assembleia da República foram dedicados à resposta à crise da dívida. O primeiro recomendava ao governo a criação de uma Comissão Eventual para a Auditoria à Dívida Externa Portuguesa, enquanto o segundo definia as condições para a renegociação urgente da dívida pública.

O Bloco também entregou no Parlamento uma recomendação no sentido da rejeição do pacto orçamental do governo (Documento de Estratégia Orçamental) e propôs prioridades para o crescimento e o emprego.
No plano europeu, o Bloco propôs referendar o Tratado sobre Estabilidade, Coordenação e Governação na União Económica e Monetária (Tratado Orçamental Europeu), e defendeu que o governo apresentasse na Cimeira Europeia uma resposta contra a crise especulativa e a política de austeridade, que incluía:
1) A mutualização das dívidas dos Estados Membros através da criação de eurobonds;

2) A garantia de empréstimo directo do Banco Central Europeu (BCE) aos Estados;

3) A promoção de uma política monetária pelo BCE que potencie uma maior homogeneidade no crescimento económico da Zona Euro;

4) Romper com o Tratado Orçamental Europeu, substituindo-o por um Tratado para o Crescimento e o Emprego;

5) Recusar os Memorandos de Entendimento que submetem as economias gregas, irlandesa e portuguesa a uma política de austeridade e desemprego.

Foi ainda proposta a alteração à lei que regula o acompanhamento, apreciação e pronúncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, de forma a garantir a adequada fiscalização parlamentar do Governo no âmbito do Processo da União Europeia.

O Bloco recomendou ainda ao Governo a suspensão da relação com as agências de notação de risco Moody's, Standard and Poor's e Fitch e a proposta de uma agência de notação de risco europeia.

Com o objectivo de contrariar a escalada exponencial dos preços promovida pelo executivo, o Bloco propôs a reposição a taxa do IVA no sector da restauração a 13% e a introdução de medidas de transparência e anti-especulativas na formação dos preços dos combustíveis.

O Bloco de Esquerda tem-se batido pelo combate à fuga fiscal e à corrupção, e apresentou propostas do Bloco relativas à introdução de uma taxa sobre as transferências para paraísos fiscais; à introdução do princípio do englobamento das mais-valias em IRS; à tributação das mais-valias mobiliárias, aplicável a entidades colectivas; e à cativação pública das mais-valias urbanísticas prevenindo a corrupção e o abuso do poder. Foram ainda apresentados dois projectos para combater a fuga fiscal das holdings.

A nível parlamentar, o Bloco propôs ainda a introdução de uma taxa sobre a transacção de produtos financeiros (Taxa Tobin).

O Bloco viu aprovados os seus projectos sobre a criação do crime de enriquecimento ilícito e de alteração à Lei do Controle Público da Riqueza dos Titulares de Cargos Políticos. Após o anúncio, por parte do Tribunal Constitucional, da inconstitucionalidade da lei sobre o enriquecimento ilícito, o Bloco veio reafirmar o seu empenho em fazer aprovar um diploma neste sentido, na medida em que "essa é uma pedra fundamental no combate à corrupção".

O Bloco apresentou ainda um projecto que altera o regime jurídico de incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Na área do crédito à habitação, o Bloco já apresentou três iniciativas legislativas: a criação de um processo excepcional de regularização de dívidas aos bancos, no âmbito dos contractos de crédito à habitação; a criação de um processo excepcional de suspensão das penhoras e vendas coercivas das casas de habitação; e a introdução de medidas adicionais de protecção dos mutuários de crédito à habitação.

6. Jovens Estudantes[4]

O período abrangido por este relatório corresponde à segunda metade do mandato da primeira Coordenadora Nacional de Jovens Estudantes (CNJE) eleita na 1ª Conferência Nacional de Estudantes.

Durante o ultimo ano de actividade, os estudantes do Bloco deram prioridade ao reforço da organização dos militantes bloquistas nas universidades e na organização do movimento estudantil. Neste âmbito realizaram-se diversas iniciativas e debates em várias faculdades do país; disputaram-se (com vitórias) eleições para associações de estudantes, comissões de curso, conselhos gerais, núcleos de estudares, conselhos pedagógicos e outros órgãos de representação estudantil.

Apesar dos avanços e de se ter tornado num pólo importante de militância, a actividade organizada dos jovens não se conseguiu reflectir no aumento de coordenadoras distritais de jovens estudantes eleitas, nem num salto quantitativo de organizar uma rede sólida de varias centenas de activistas organizados no Bloco.

No primeiro balanço da sua actividade, os jovens estudantes destacam o reforço da sua actividade em Lisboa, Porto e Coimbra mas a perda de contacto com vários distritos. Destaca, ainda que a criação do sector estudantil criou um vazou de militância para muitos jovens e a necessidade de reflectir sobre a ausência de estruturas de integração de militantes jovens que não são estudantes ou não pretende, estar organizados neste sector.

Durante este período, os jovens estudantes participaram em todas as mobilizações nacionais de estudantes e em manifestações nacionais como as realizadas durante as greves gerais ou convocadas pela plataforma 15 de Outubro, desenvolvendo contactos entre as associações de estudantes e a crítica à política do governo.

Durante o mandato da Mesa Nacional cessante, a CNJE organizou dois acampamentos Liberdade, com a participação de centenas de jovens, organi-

4 - Informação da Coordenadora Nacional de Jovens Estudantes

zou um encontro nacional de activistas estudantis Inconformação, uma campanha de propaganda para o secundário, dois panfletos para distribuir nos festivais de verão, lançou um site de denúncias sobre os cortes nas bolsas e dinamizou acções de campanha dirigidas aos estudantes de diversos sítios do país. Dinamizou ainda debates temáticos sobre Direitos dos animais, Imigração e Racismo, (trans)feminismo e igualdade de género.

Durante este período foram eleitas as coordenadoras distritais de Lisboa e de Coimbra.

7. Mandato no Parlamento Europeu, Partido da Esquerda Europeia e Relações Internacionais[5]

Desde meados de 2011 a Setembro de 2012, a delegação do Bloco de Esquerda no Parlamento Europeu prosseguiu o trabalho iniciado anteriormente, com particular destaque para os domínios da economia, saúde, perspectivas financeiras e investigação, bem como nos direitos e na solidariedade internacional. Continuou ainda o trabalho internacional, reforçado pela presença do Bloco na presidência do Partido da Esquerda Europeia e nos diferentes grupos de trabalho. O trabalho de articulação com os partidos integrantes do Partido da Esquerda Europeia com as delegações parlamentares nacional e europeia saiu fortalecido neste período, de que é exemplo a apresentação de textos comuns no combate ao Tratado Orçamental e proposta de referendo.

A crise económica e financeira continua a dominar a intervenção do grupo parlamentar, tendo sido ampliada a intervenção nas discussões associadas às políticas económicas e monetárias, arquitectura institucional da União Europeia, democracia e legitimidade democrática e regulação do sistema financeiro, entre outras. No último ano, a delegação conseguiu reforçar a sua intervenção nos dossiers económicos, no acompanhamento e apresentação de propostas sobre os vários relatórios e agora enquanto relatores do relatório sobre o BCE em 2011.

No período em referência, a delegação conseguiu aprovar três relatórios: a directiva-quadro sobre a prevenção da entrada de medicamentos falsificados na cadeia legal de distribuição (a ser transposta para os 27 Estados-membros); a iniciativa europeia de combate ao Alzheimer e outras demências e o quadro comum estratégico de financiamento da investigação e da inovação para o período 2014-2020. Foi ainda aprovado neste período o parecer sobre as indicações do próximo quadro financeiro europeu (para o período 2014-2020) nos capítulos referentes ao ambiente, saúde pública e protecção civil. Foram redigidas e apresentadas várias resoluções, tendo 28 sido aprovadas, e duas declarações escritas no domínio da saúde obtiveram a maioria das assinaturas dos deputados. No final de 2011, Marisa Matias foi eleita pelos pares 'deputada do ano', na área da saúde.

Em termos de delegações, continuou-se a acompanhar acontecimentos no médio oriente e nos países do Magreb, assim como a evolução da situação económica e social em vários países europeus.

Marcaram a actividade deste período:

- A organização de delegações do Bloco de Esquerda aos Congressos do Nouveau Parti Anticapitaliste (França), Parti de Gauche (França), Rifondazione Comunista (Itália) e Die Linke (Alemanha).

- Iniciativas internacionais em Portugal como a Conferência European Left "O Euro e a crise da Dívida", no Porto, a Conferencia sobre agricultura e futura PAC, em Lisboa ou a Conferência "A Europa na encruzilhada da crise", em Lisboa.

- A organização de eventos no parlamento europeu abertos ao público, como o encontro sobre investigação científica, que reuniu cerca de uma centena de investigadores portugueses e alguns convidados, como o Prémio Nobel da Física 2010 Konstantin Novoselov, ou o acolhimento do congresso europeu de investiga-

5 - Informação da representação no Parlamento Europeu

ção sobre o cancro, que reuniu mais de 300 profissionais da área durante três dias, iniciativa esta que será retomada em Outubro de 2012, estando já mais de 400 investigadores inscritos.

- A recepção de vários grupos de estudantes provenientes de escolas de vários pontos do país e de dois grupos de militantes do Bloco de Esquerda oriundos de vários distritos.

- A participação activa nas campanhas eleitorais em França e Grécia.

- A participação nas universidades de Verão do Partido da Esquerda Europeia em Itália e na Grécia.

Ver Relatório completo de atividades:
http://www.bloco.org/media/rel_int_2011_2012.pdf

8. Organização e Comunicação[6]

8.1. BLOCOESFERA

Desde a 7ª Convenção e após as eleições de Junho de 2012, a comunicação do Bloco na net procurou apoiar o combate político à troika e ao governo e reforçar o Bloco, enfrentando a nova situação política saída daquelas eleições.

Logo após as eleições, abriu-se no esquerda.net uma área de debate sobre os resultados eleitorais do Bloco de Esquerda onde todas as pessoas, filiadas ou não no Bloco, puderam participar e dar o seu contributo. Foram publicados todos os contributos recebidos, quase 150 artigos.

No ano decorrido desde a última Convenção, as visitas do esquerda.net e da blocosfera (que inclui além do esquerda.net, o bloco.org, o beparlamento.net e os sites distritais do Bloco) não tiveram qualquer quebra e continuaram a aumentar.

Neste período, o esquerda.net teve 2,75 milhões de visitas, tendo a média diária crescido 50% neste período, passando de mais de 5.000 (como foi registado na 7ª Convenção) para 7.500 visitas por dia. A blocosfera teve 3,9 milhões de visitas e 30 milhões de páginas vistas – um aumento em relação aos 3 milhões de visitas e às cerca de 24 milhões de páginas registadas na 7ª Convenção em relação ao período anterior.

Nas redes sociais, também aumentou a nossa presença e as adesões às nossas páginas. No facebook, passámos de 6.596 amigos na 7ª Convenção para mais de 10.000. No twitter passámos de 4.419 seguidores para 6.542 e temos 9.578 twittadas, no total. No flickr temos mais de 1,8 milhões de visualizações de fotos. Apenas no Hi5 tivemos uma redução de 5.715 para 4.265, porque a própria rede está em queda. Recentemente, iniciámos a publicação de fotos na rede Instagram.

O esquerda.net/vídeo continuou a realizar os diversos conteúdos audiovisuais do Bloco de Esquerda. Esses conteúdos tão diversos como reportagens, entrevistas, tempos de antena, cobertura e transmissões vídeo em directo via web, promocionais e produção de dvd´s têm vindo cada vez mais a credibilizar, informar e promover o trabalho realizado pelo Bloco.

Entre 1 de maio de 2011 e 10 de Setembro de 2012, foram carregados 370 vídeos. Neste período, existiram 407 mil visualizações nos dois canais vídeo do esquerda.net. No total, os nossos vídeos já tiveram 1,7 milhões de visualizações no global.

Desde a 7ª Convenção, iniciámos também a remodelação dos sites distritais. Trata-se de um processo complexo e prolongado, pois mudamos de plataforma, para drupal, e renovaremos por completo os sites distritais, que ficarão dotados de novas funcionalidades e, sobretudo, serão criadas áreas autónomas para cada concelho. Após a remodelação, cada concelho onde haja trabalho do Bloco poderá ter a sua área, que funciona como um site próprio com endereço específico (de futuro, cada área concelhia poderá ser acedida pelo endereço [nome do concelho].bloco.org como, por exemplo: lisboa.bloco.org). Até à 8ª Convenção estarão alterados os sites distritais de Lisboa, Açores, Faro,

6 - Informação da equipa do esquerda.net

Porto, Aveiro, Braga e Coimbra. Após a Convenção e progressivamente, serão renovados os restantes sites distritais.

Todo o trabalho de comunicação, em particular no esquerda.net, contou com a colaboração voluntária, regular ou esporádica, de muitas dezenas de pessoas, nomeadamente em traduções e opiniões.

Desde a 7ª Convenção, mantivemos a colaboração com um conjunto de sites internacionais. Na sequência da nossa persistente divulgação de notícias em defesa da wikileaks, no último mês esta organização iniciou uma colaboração mais estreita com o esquerda.net, facultando-nos o acesso ao arquivo da Stratfor, "A CIA privada".

8.2. MATERIAL GRÁFICO E PUBLICAÇÕES

Durante este período foram muitas as iniciativas que justificaram a criação de linhas gráficas próprias, para a publicação online ou para impressão. Entre os vários materiais de propaganda e/ou distribuição produzidos contam-se: propaganda das conferências internacionais "crise do euro" e "Portugal na encruzilhada da Europa"; campanha das "jornadas contra o governo da troika" (com produção de dois mupis, autocolantes, folhetos e cartazes e tela), propaganda do Socialismo 2011 e 2012, campanha dos transportes, das rendas e do referendo das freguesias (produção de folhetos, cartazes e faixas), campanha de do ensino secundário (folheto nacional), propaganda do Liberdade 2011 e 2012, folheto de verão 2011 e postal de verão 2012. Para além destes, foram produzidos centenas de materiais para a divulgação de iniciativas locais.

Desde Junho de 2011 até a final do mandato de Mesa Nacional foram produzidos nove mupis nacionais, um para a campanha da Madeira, um para os Açores e um para as ilhas em conjunto.

Durante este período foram ainda produzidas a nova série da revista Vírus e uma publicação sobre o novo Código de Trabalho.

Quanto às publicações regulares do Bloco de Esquerda, o jornal "Bloco" foi editado em Junho, Setembro e Novembro, com uma tiragem nestes três meses de 768 500 exemplares (450 mil em Junho por ser a ultima edição de campanha para as eleições legislativas). A partir de Janeiro de 2012 o jornal do Bloco passou a chamar-se "esquerda.net", tendo sido publicado em Janeiro, Abril, Junho e Agosto, com uma tiragem total de 545 500 exemplares.

8.3. ADERENTES

Desde a última Convenção tivemos um crescimento no número de militantes, de 8025 em 8 de Maio de 2011 para 8514 em 6 de Setembro de 2012. Representa um reforço de 489 militantes distribuídos da seguinte forma:

DISTRITAL	ADERENTES EM 08/05/2011	ADERENTES EM 06/09/2012
Açores	234	255
Aveiro	560	590
Beja	132	139
Braga	614	666
Bragança	92	114
Castelo Branco	102	105
Coimbra	360	380
Europa	44	51
Évora	71	76
Faro	352	376
Guarda	88	89
Leiria	234	241
Lisboa	1922	2032
Madeira	363	395
Mundo	5	6
Portalegre	74	93
Porto	1180	1243
Santarém	367	378
Setúbal	800	828
Viana do Castelo	65	69
Vila Real	53	56
Viseu	313	332
Total	**8025**	**8514**

Com a seguinte proporção de género:

Homens em 08/05/2011	5404	67,34%
Homens em 06/09/2012	5732	67,32%
Mulheres em 08/05/2011	2621	32,66%
Mulheres em 06/09/2012	2782	32,68%

Quanto à evolução etária, a faixa que mais cresceu foi a dos 18 aos 30 anos. Este crescimento de militantes é positivo embora seja menor do que o verificado em períodos anteriores. Podemos explicar esta diferença pela duração mais curta deste mandato da Mesa Nacional e pela influência negativa dos resultados eleitorais das legislativas de Junho de 2011. Apesar das dificuldades, o Bloco reforçou a sua organização em número de aderentes. Devemos continuar a trabalhar o sentido de fazer crescer o bloco, não só através de campanhas de adesões, mas reflectindo sobre as formas de integração e mobilização de todos os aderentes.

8.4. ESTRUTURAS DISTRITAIS

Durante o mandato da Mesa Nacional eleita na VII Convenção Nacional a organização nacional do Bloco de Esquerda fez um trabalho considerável no sentido da consolidação dos núcleos existentes, cujo número havia crescido bastante durante o mandato anterior. Este esforço significou um reforço da democracia interna do Bloco pela realização de dezenas de processos eleitorais em todo o país, o que também representou uma prova de esforço bem-sucedida para a nossa organização.

Desta forma, foram realizadas durante este período eleições distritais/regionais em: Aveiro, Beja, Braga, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Madeira, Portalegre, Porto, Setúbal e Viseu.

Quanto a eleições concelhias, foram realizados processos eleitorais em:

Açores: São Miguel e Terceira
Aveiro: Ovar, Santa Maria da Feira
Beja: Beja
Braga: Barcelos, Braga, Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Vizela
Coimbra: Coimbra
Faro: Faro, Lagoa, Loulé, Olhão, Portimão
Lisboa: Loures, Cascais, Lisboa, Oeiras, Sintra, Vila França de Xira, Odivelas
Portalegre: Ponte de Sor
Porto: Gondomar, Maia, Porto, Valongo
Santarém: Santarém, Torres Novas
Setúbal: Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Setúbal
Viseu: Viseu

8.5. REDE DE SEDES

Tendo estabilizai o número de estruturas concelhias existentes, e perante a exigência de racionalização de recursos financeiros imposta pela quebra de receitas o Bloco devido aos resultados eleitorais, foi realizado um esforço nacional no sentido de re-organizar e racionalizar a nossa rede de sedes.

Desta forma, foram encerradas 8 sedes nos distritos de Aveiro, Braga, Évora, Faro, Lisboa, Setúbal e Santarém. No mesmo sentido procedeu-se à redução de custos de 7 sedes.

Neste período foi ainda inaugurada uma nova sede em Ponte de Sor, no distrito de Portalegre, que serve dois núcleos recém-criados no distrito.

No total, durante este período o Bloco de Esquerda reduziu o número de sedes distritais e concelhias de 89 para 81.

9. Finanças

Logo após a VII convenção do BE, realizaram-se as Eleições Legislativas de 2011, evento que teve um forte impacto nas finanças do Partido, levando ao corte de 48% da subvenção pública, a partir de Julho de 2011.
Nesse contexto foi necessário redimensionar toda a estrutura em função da nova realidade, o que implicou a perda de funcionários, a redução de despesas fixas e um valor menor de financiamento das distritais/regiões. Neste último ponto é de notar que se optou por não reflectir inteiramente a contracção das receitas nas estruturas locais. A redução do seu financiamento foi menor do que a sofrida a nível nacional (-20% para as estruturas maiores e 15% para as estruturas com menos recursos). Ao nível dos funcionários, as perdas foram transversais, afectando as estruturas centrais, o grupo parlamentar e também os assessores parlamentares destacados nas distritais. Este impacto foi

acrescido em Outubro com a perda do deputado na Madeira, o que o financiamento total da campanha eleitoral, reduziu o financiamento regional e levou à perda dos funcionários afectos à representação parlamentar.

Ao nível da actividade política verificou-se a necessidade de se gerirem cuidadosamente os recursos, mas foi possível manter a edição de mupis e jornais gratuitos regulares, manter a realização das actividades habituais do bloco (como o acampamento de jovens ou o Socialismo) e continuar a realizar propaganda para campanhas específicas, acções de rua e comícios organizados centralmente ou de base distrital.

O ajustamento produziu os efeitos desejados: não se verificaram roturas de tesouraria nem atrasos significativos no pagamento a fornecedores ou na amortização do empréstimo da sede nacional. Em algumas situações foi necessário o recurso a reservas a prazo, mas sem exceder os limites orçamentados. Nesses orçamentos há uma preocupação constante com a manutenção de alguma margem para fazer face ao maior desafio financeiro que o bloco enfrentará nos próximos tempos: as eleições autárquicas de 2013.

Ao nível dos resultados, em 2011 foi possível manter um saldo positivo. Esse valor foi quase integralmente absorvido pelo pagamento do empréstimo, mas isso significa que, no geral, as contas se mantiveram equilibradas.

Já para 2012, orçamentou-se um valor muito próximo do equilíbrio entre receitas e despesas. Isto pressupunha que o pagamento do empréstimo (que não é considerado despesa), poderia vir a ser financiado pelas reservas acumuladas. A execução orçamental apurada até ao momento mantém-se dentro do previsto, com uma necessidade menor de recurso a reservas. Não se espera um resultado líquido negativo no final do ano. O esforço relativo ao empréstimo da sede acabará em Dezembro de 2012, altura em que este será inteiramente liquidado.

Quanto a campanhas eleitorais, o BE suportou valores líquidos de 89 mil euros na campanha das Legislativas de 2011 e de 35 mil euros na campanha para as eleições regionais da Madeira. Actualmente está em curso a campanha das eleições Regionais Açores 2012, com um orçamento de 30 mil euros, que poderá vir a ser inteiramente suportado por via da subvenção pública caso os resultados se mantenham próximos dos obtidos em 2008.

Já em 2012 foram conhecidos os resultados das auditorias às Eleições Europeias e Legislativas de 2009. Ao contrário dos restantes partidos com assento parlamentar, o Bloco não teve qualquer multa, coisa que acontece pela primeira vez, em eleições nacionais, desde a entrada em vigor da Lei de Financiamento dos Partidos.

MOÇÃO A

A esquerda contra a dívida

lista.a_2012@bloco.org

A manifestação de 15 de Setembro mudou o país. A maior manifestação das últimas décadas mostrou que o povo não se resigna à austeridade. Um milhão de portugueses apontou a porta da rua ao Governo. O combate agora é para o derrubar.

Alda Sousa,
Ana Drago
Catarina Martins
Cecília Honório
Fernando Rosas
Francisco Louçã
Joana Mortágua
João Semedo
João Teixeira Lopes
Jorge Costa
José Gusmão
José Manuel Pureza
José Soeiro
Luís Fazenda
Mariana Aiveca
Marisa Matias
Pedro Filipe Soares
Pedro Soares
Rita Calvário
Tiago Gillot

A ESQUERDA CONTRA A DÍVIDA

1 ESTA DÍVIDA NÃO É NOSSA

1.1 - A dívida tornou-se um argumento dominante do bloco central e uma acusação contra o povo: "vivemos acima das nossas possibilidades". Essa acusação abriu as portas para a chantagem que impôs a troika: "não há dinheiro para pagar salários". Assim se manipulou a responsabilidade pela crise, deslocando-a da ganância dos mercados financeiros para os povos e para as dívidas públicas. Reescreveu-se a história da crise, com novos culpados, para uma narrativa à medida da ditadura dos credores. A crise das dívidas soberanas serve um potente ataque ideológico e uma massiva transferência de riqueza do trabalho para o capital.

1.2 - A troika foi chamada para socorrer o sistema financeiro. Com o patrocínio de Cavaco Silva, a banca portuguesa atirou o país para os braços da troika. Um plano coordenado e executado também na TV e que, em poucos dias, levou à assinatura do memorando. A banca portuguesa é a que detém menos dívida pública do seu país, quando comparada com as suas congéneres europeias. Mesmo assim, os benefícios da banca privada somam 30% do empréstimo da troika. O Estado endivida-se para salvaguardar os acionistas da banca.

1.3 - O endividamento dos Estados está a ser aproveitado para um ataque aos direitos, aos salários e aos serviços públicos. As "reformas" são essencialmente a desvalorização do trabalho: cortar salários e cortar direitos. Passos Coelho definiu este caminho: "empobrecer". A dívida está a ser o caminho para um aumento brutal da exploração.

1.4 - As verdadeiras raízes da crise são os donos de Portugal e a arquitetura disfuncional da moeda única. A promiscuidade entre poderes públicos e privados resultou na perda de recursos relevantes para o financiamento do Estado, como no resgate milionário do BPN, nos negócios das parcerias público-privadas, nas privatizações de sectores estratégicos, nos monopólios de renda garantida. O país endividou-se para servir os interesses da classe dominante.

1.5 - A moeda única aprofundou as desigualdades da construção europeia e agudizou o endividamento dos Estados da periferia. O modelo de construção do euro diminuiu a capacidade de intervenção dos Estados na economia e fez dos salários a única variável de ajustamento de trajetórias nacionais heterogéneas. Menos salário resultou em mais crédito, fruto sobretudo de políticas de crédito agressivas, sobretudo à habitação, mantendo o nível do consumo até a recessão o fazer colapsar. A maior parte da dívida externa portuguesa não é pública mas sim dos bancos privados portugueses aos bancos alemães e franceses. A moeda única criou autoestradas de capital de sentido único da periferia para o centro.

1.6 - Romper com a ditadura dos credores é romper com o garrote da dívida. O Bloco exige o cancelamento da dívida ilegítima e uma renegociação que imponha o compromisso do Estado com os direitos constitucionais. É imprescindível uma auditoria à dívida, que identifique a sua parte ilegítima e a que resulta do ataque especulativo. O Bloco apoia a iniciativa cidadã em curso para este efeito.

2. O GOVERNO DA TROIKA É O GOVERNO DO DESEMPREGO E DA POBREZA

2.1. - A austeridade é um beco-sem-saída. O descalabro das receitas do Estado, mesmo com aumento de impostos, anuncia o descontrolo do défice. A dívida aumenta e a sociedade afunda-se na recessão e no desemprego. Dos PEC ao memorando, a política económica assenta na redução de salários, pensões, apoios sociais, investimento e serviços públicos, na privatização de bens comuns, em graves retrocessos na legislação laboral.

2.2. - O objetivo da austeridade é o desemprego. O desemprego e a precariedade atuam como fortes mecanismos de chantagem sobre o/as trabalhadore/as, facilitando a baixa salarial, com a proliferação da pobreza, mesmo entre quem tem emprego. A auste-

ridade ataca a emancipação das mulheres, que são a maioria na precariedade, no desemprego, nos salários baixos. A emigração em massa, que começa pelo/as mais jovens e qualificado/as, ameaça as condições de recuperação futura de padrões de desenvolvimento sustentáveis e aponta o caminho do declínio nacional. O primeiro problema do país é o desemprego e em particular o desemprego sem apoios, que atinge mais de metade do/as desempregado/as. O Bloco defende o acesso de todo/as o/as desempregado/as a prestações e serviços que garantam os seus direitos essenciais.

2.3. - Os sacrifícios batem sempre à mesma porta. O CDS, "partido do contribuinte", veste a pele do cobrador de fraque. O PSD, "partido das PME", soma falências aos milhares. Para além dos cortes salariais e dos apoios sociais, o aumento do preço de bens e serviços essenciais é a outra face desta brutalidade. O governo que ataca as famílias é o mesmo que não corta nas rendas abusivas da energia ou das PPP.

2.4. - A agenda de privatizações mostra um país a saque. O governo aliena posições importantes em setores estratégicos e monopólios naturais. O ciclo das privatizações das grandes empresas está a fechar-se. GALP, PT, EDP, grandes grupos construídos com o investimento público, foram já privatizadas, criando rendas monopolistas que parasitam a economia e que, em alguns casos, são transferidas para o Estado chinês ou para a família do presidente angolano. Mas este governo quer ir ainda mais longe: Águas de Portugal, TAP, ANA, CTT ou RTP. As empresas públicas de transportes, a pretexto da redução da sua dívida, cortam salários, postos de trabalho e serviços, para abrir caminho à sua privatização. A própria direção do processo de privatizações (António Borges) deixa à vista a promiscuidade entre grupos económicos e responsabilidades políticas presentes e passadas.

2.5. - Os serviços públicos estão sob ameaça de ruína. A palavra de ordem é cortar, impondo a exclusão económica. São disso exemplo a nova carta hospitalar, a mega-contratação de empresas privadas para colocar médico/as à hora e a redução dos cuidados garantidos pelo SNS. Na educação, aumenta o número de aluno/as por turma, continua a política dos mega-agrupamentos, reduz-se o número de professore/as com aumento da carga letiva individual e despede-se em massa. O governo trata mal a escola pública, enquanto aumenta os apoios ao ensino privado. Os cortes na investigação científica comprometem os avanços registados nos últimos anos. Na justiça, ao aumento de custas, soma-se um mapa judiciário de abandono das populações mais carenciadas, as do Interior. Na cultura, a grande novidade é a destruição de todo o investimento. O ataque é à própria ideia das artes como um fazer profissional e um bem público. A privatização da RTP é uma machadada no serviço público de televisão. Este é um dos aspetos da agenda conservadora que acompanha a política austeritária.

2.6. - Depois dos sacrifícios, o país está pior. A austeridade está a destruir o país desde os PEC. O PS continua a defender que foi o chumbo do PEC IV que lançou o país na desgraça. Mas a facilitação dos despedimentos, os cortes no SNS, a lei para os despejos do/as inquilino/as e as privatizações estavam já nos PEC. O PS, que chamou a troika, não pode argumentar que há uma austeridade redentora. A troika foi a consequência da pressão financeira. Foi a austeridade do PS, aliado à direita, que lhe abriu as portas.

3. A TROIKA É A FRONTEIRA

3.1. - A política da troika demonstra que na alternância não há alternativa. O memorando foi subscrito em conjunto pelo PS e pelos partidos da direita. O PS aprovou ou viabilizou até agora todas as decisões fundamentais para a aplicação do memorando, participou no consenso do tratado orçamental europeu. O voto do PS contra o OE/2013 não o descompromete do memorando da troika.

3.2. - A Grécia demonstra que, face à política do memorando, abre-se caminho a uma alternativa de governo contra a troika. A partir desta lição, em Portugal, o manobrismo político das forças que protegem a alternância serve para iludir a continuação do seu apoio ao memorando. Abre-se espaço à esquerda para o confronto sistemático da base de apoio do PS com os crimes sociais da austeridade. O resultado desse con-

fronto será decisivo para uma alteração positiva da relação de forças.

3.3. - Esse é o nosso centro: toda a unidade política e social do campo da rutura com o memorando. Na oposição a cada medida do plano de austeridade, este campo procura expandir-se, fazendo de cada conflito concreto o terreno da máxima convergência.

3.4. Ficou demonstrado nas eleições gregas qual é o destino dos discursos ambíguos à esquerda: os que recusaram a rutura com o memorando, integram agora o apoio parlamentar ao governo Samaras, reduzindo-se a um instrumento de reabsorção pelo campo austeritário de parte da base perdida pelo Pasok. Pelo contrário, o Syriza, com uma estratégia independente e de confronto com a troika, foi a expressão de um europeísmo de esquerda que recusa a bancarrota e a saída do euro, ganhando apoio de um amplo sector social.

3.5. - O país não precisa de austeridade mitigada. Precisa do contrário da austeridade, de uma política que ataque a estagnação e o desemprego. A maior clareza sobre a necessidade de romper com o memorando da troika é condição para a maior ousadia nas convergências, quer na oposição a medidas concretas, quer na construção de uma política alternativa.

4. A LUTA POR UM GOVERNO DE ESQUERDA

4.1. - O Bloco tem o seu programa político. Em 2011, o Bloco respondeu à intervenção da troika e, desde então, desenvolve uma resposta sistemática à situação crítica do país. Em próximas eleições, atualizará perante o/as eleitores/as o seu programa de transformações essenciais para a sociedade.

4.2. - O Bloco propõe um governo de esquerda assente na rutura com o memorando da troika. Esta é uma proposta de unidade, de aliança política ampla. Os resultados do Syriza demonstram que, noutras condições de enfrentamento político e social, este apelo unitário a um poder alternativo pode ser apoiado por um sector social potencialmente maioritário.

4.3. - Na devastação austeritária, a esquerda anticapitalista deve demonstrar capacidade e vontade de gerar uma maioria e um governo de rutura com a troika assente em pontos claros:
(1) Anulação da dívida abusiva, redução da dívida a 60% do PIB e renegociação de prazos e juros com todas as instituições credoras, públicas e privadas, nacionais e internacionais;
(2) Reposição dos rendimentos cortados e garantia dos direitos essenciais à Escola pública, ao Serviço Nacional de Saúde, à Segurança Social pública;
(3) Nacionalização da banca intervencionada pelo Estado, com mobilização de recursos para o investimento público e para o pleno emprego, e dos bens comuns que foram privatizados ou concessionados (energia, combustíveis, telecomunicações);
(4) Novo sistema fiscal, combatendo a fraude e deslocando carga fiscal do trabalho para o capital e património.

4.4.- Este governo deve corresponder a um mapa político reconfigurado, desde logo no campo político e social do PS, para que muitos se juntem à oposição ao memorando. Exige também disponibilidade unitária do PCP e, sobretudo, um novo protagonismo popular. Só esse movimento pode dar força a escolhas estratégicas fundamentais: redistribuição da riqueza social, reestruturação da economia para criar um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável que respeite os equilíbrios naturais e defenda a produção nacional.

5. EUROPEÍSMO DE ESQUERDA

5.1. - Sob a ditadura dos credores, só são oferecidas duas alternativas: o autoritarismo de um Estado europeu que se impõe a todos os povos; ou a expulsão do euro como punição, desde logo sobre o/as trabalhadore/as, primeiras vítimas da desvalorização abrupta que se seguirá. O Bloco recusa ambas.

5.2. - Esta crise mostra que é falsa a alternativa entre inter-governamentalidade e federalismo como modelos políticos para a governação da UE e que

ambos são autoritários. A crise resulta do sequestro da construção europeia por governos cuja orientação é destruir a Europa social a golpes de austeridade e recessão. Onde tem havido demasiada Europa intergovernamental, tem faltado a Europa da coesão social e territorial.

5.3. - Uma União Europeia pilotada pelo jogo intergovernamental só trará a desconstrução europeia. Ilusório seria acreditar que outra engenharia institucional centralizadora e federal salvará a União Europeia do abismo. Se precisamos de políticas de cooperação supra-nacional, é claro que um Estado europeu que anule a legitimidade democrática de cada país é um erro gravíssimo que hipoteca definitivamente a disputa de hegemonia contra as políticas liberais. A construção europeia deve respeitar a identidade cultural e a soberania de todos os Estados. Cada Estado europeu deve ter a sua democracia soberana para decidir a distribuição dos rendimentos. O Bloco de Esquerda não aceita a imposição do pacto orçamental.

5.4. - O Bloco apresenta-se com uma alternativa europeia – e não apenas nacional – à austeridade e da recessão. Essa resposta inclui:
(1) Mutualização das dívidas através da emissão de títulos de dívida europeia.
(2) Orçamento da União mais robusto, que permita projetos comuns para o emprego e o nivelamento "por cima" dos direitos sociais.
(3) Combate ao dumping fiscal em toda a União Europeia, estabelecendo mínimos de tributação sobre o capital e eliminando os paraísos fiscais no espaço europeu e impondo uma tributação sobre transferências financeiras.
(4) Banco Central Europeu subordinado às instituições eleitas, centrado na criação de emprego e garantindo o financiamento dos Estados.
(5) Mínimos sociais europeus e política de coordenação para o aumento dos salários.

5.5. Uma resposta europeia à crise implica a rejeição do Tratado de Lisboa e da sua lógica. O Tratado de Lisboa não resolveu nenhum problema e é fonte permanente de entraves institucionais às respostas necessárias. Por outro lado, o diretório e a lógica política do Tratado de Lisboa alimentam uma crise de legitimidade democrática que enfraquece o projeto europeu e o mantém subordinado à estratégia da NATO.

5.6. - O Bloco defende um processo constituinte europeu, com base num processo participativo e democrático. Esta refundação da construção europeia deve ser consolidada pela transferência dos poderes europeus para instituições democráticas. O Bloco defende uma arquitetura institucional europeia onde o poder legislativo resida num sistema parlamentar em duas câmaras de eleição direta, sem prejuízo de plataformas de ação coordenada entre os países, que preservem a sua capacidade de decisão.

5.7. - As eleições europeias serão a primeira votação nacional após a formação do governo PSD/CDS. O Bloco procura fazer delas uma expressão concertada da esquerda europeia em resposta à austeridade, juntando a alternativa contra a austeridade na Europa à alternativa contra os seus intérpretes no nosso país.

5.8. - A esquerda deve bater-se por uma frente unida das periferias. Essa é a resposta necessária à estratégia do cordão sanitário em torno de cada país sob o ataque da finança. É necessária maior densidade de colaboração com os nossos aliados do Partido da Esquerda Europeia, assim como com todas as correntes socialistas, na Europa e no Mundo, com quem possamos construir debates e agendas comuns.

6. ESQUERDA PELO SOCIALISMO

6.1. - Do diagnóstico à alternativa. Uma das motivações fundadoras do Bloco foi o diagnóstico da crise da política e a recusa da alternância sem alternativa. O Bloco é parte e motor de uma reconfiguração do mapa político português, da emergência de uma esquerda plural e de maioria, com vocação unitária e capacidade transformadora. O Bloco rompeu com a tradição sectária e mudou a luta socialista.

6.2. - A elite que dirigiu a modernização conservado-

ra do país não pode nem quer mudar o regime social no interesse da maioria da população. As fragilidades da nossa economia e a persistência do atraso e das desigualdades são testemunhos desse fracasso. Uma sociedade justa tem de passar pela derrota dessa classe dominante através da mobilização social. Essa é a fratura que divide o país: a força dos movimentos contra uma elite incompetente e rentista. Os donos de Portugal são o problema histórico que o país tem que resolver.

6.3. Socialismo é o nome de uma emancipação feita de todas as emancipações. Por isso, avaliamos cada luta pelo valor dos direitos que defende. Ao fazer o Bloco, recusamos fugir da disputa dos caminhos da sociedade para particularismos temáticos. Não substituímos um programa por uma manta de reivindicações. Pelo contrário, queremos fazer do Bloco uma casa comum das lutas concretas pela liberdade e pela justiça. Foi assim que o Bloco quis e construiu vitórias essenciais: uniões de facto, aborto, paridade, transparência das remunerações dos grandes patrões, enriquecimento ilícito, descriminalização do consumo de drogas, direitos do/as imigrantes, direitos do/as doentes, sigilo bancário...

6.4. O mercado ou o planeta. O Bloco bate-se por respostas aos problemas ambientais, do aquecimento global aos problemas locais, e rejeita que essas sejam questões suspensas ou adiadas. Reestruturar a economia para proteger os recursos naturais, com reconversão dos setores produtivos poluentes e garantia da propriedade e gestão públicas dos monopólios naturais - bem como medidas para a conservação e eficiência energética e do uso da água, energias renováveis, redução das emissões de gases de efeito de estufa, regeneração urbana e outras - devem estar no centro da decisão política para a justiça e democracia ecológica e não reféns dos mecanismos de mercado que fazem do ambiente um negócio. O reforço da proteção civil é uma exigência crescente, perante as consequências das catástrofes naturais resultantes dos extremos meteorológicos provocados pelo aquecimento global.

6.5 Pelo respeito dos animais. O Bloco tem tido um papel reconhecido na proteção dos animais e reconhece a crueldade e sofrimento que os animais são sujeitos, comprometendo-se a combater todas as formas de violência.

6.6 A opção pela paz. A retórica da promoção da democracia e da proteção das populações, oculta a continuação da política da guerra por recursos naturais, tutela política ou contenção de lutas de autodeterminação. A revisão do conceito estratégico da NATO impõe, em violação ostensiva da Carta da ONU e do Direito internacional, a sua atuação agressiva em qualquer parte do globo. O Bloco de Esquerda reafirma que o fim dos blocos militares é um princípio essencial de uma política de paz e democracia. Portugal deve pôr fim à sua pertença à NATO e contribuir para processos de prevenção de conflitos e diplomacia preventiva.

6.7 O socialismo é a democracia toda. A experiência dos regimes totalitários do Leste da Europa constitui uma dura lição para a esquerda socialista. O caminho da supressão de liberdades e direitos políticos, da eliminação do pluralismo político, da confusão entre Estado e partido teve consequências trágicas que alienaram a promessa socialista e ainda hoje comprometem a construção de alternativas ao capitalismo. A rutura com essas experiências é um elemento central do nosso projeto. A democracia, enquanto caminho, não é negociável e não pode estar sujeita a políticas de exceção ou suspensões. O Socialismo é a democracia toda ou não é Socialismo.

6.8 A democracia toda na vida pública e na economia significa a devolução do direito pleno de participação política, como significa a devolução dos bens comuns, do controlo do crédito e dos sectores estratégicos da economia à propriedade social, Em suma, o primado da política social contra o do mercado

6.9 Nunca desistimos. O Bloco assume o legado de todas as lutas e revoluções que desafiaram a exploração e a injustiça, a guerra e o colonialismo, ao longo dos últimos séculos. Essa herança transporta o projeto da superação do capitalismo: como escrevemos

no nosso manifesto fundador, "é daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança."

7 A MAIOR URGÊNCIA É A RESPOSTA SOCIAL

7.1. A segunda década deste novo século trouxe-nos novidades na luta social. A principal delas foi, em várias regiões do mundo e em particular no sul da Europa, a emergência continuada de protestos de massas, a partir de fora das organizações sociais tradicionais. Estas erupções de indignação são uma característica do nosso período histórico e impõem uma atitude aberta e o envolvimento da esquerda, em vez de reações de temor ou conservadorismo.

7.2. A manifestação de 15 de Setembro de 2012, que terá reunido um milhão de pessoas em todo o país, trouxe um novo protagonismo popular na situação portuguesa. As responsabilidades da esquerda perante mobilizações deste tipo são muito grandes: trata-se não só de propor uma alternativa de sociedade e uma saída política concreta, mas também de contribuir para a dinamização dos novos espaços de luta que se abrem na resposta à austeridade, em todo o território e em todos os setores, de forma aberta e sem tentações de controlo e manipulação dos espaços próprios do movimento.

7.3. O Bloco de Esquerda desafia os 99%, para que a sua indignação não se dissolva nos truques do rotativismo. O Bloco empenha-se na construção de espaços de participação e luta popular alargada, para resistir à política da troika e à austeridade.

7.4. Nos últimos anos, foram dados passos importantes na expressão organizada de trabalhadores/as precários/as. Devem ser apoiados e multiplicados. Falta ganhar mais enraizamento social. Há um imenso exército de juventude precária (e também de gente cada vez menos jovem). É preciso dar voz às suas reivindicações e dar força à unidade na luta.

7.5. O movimento sindical é construído sobre raízes que lhe dão uma força única. O movimento sindical tem uma presença organizada e nacional, devendo articular a sua intervenção com o movimento sindical internacional. O aumento da exploração tem ocorrido pela subversão das regras e direitos laborais. No mundo da globalização, o capital procura impor a individualização das relações de trabalho.

7.6 Perante este ataque, impõe-se maior empenho coletivo e individual, respeitando sempre a autonomia dos movimentos. No movimento das comissões de trabalhadores (CT), aponta-se para a necessidade de uma rede nacional de CT. No sindical, que mais ativistas se candidatem a dirigentes e a delegado/as sindicais. Incentivaremos a participação ativa e intervenção política dos/as aderentes na constituição destas redes, determinante para o alargamento do Bloco como partido de massas. E isso exige mais organização por setores e empresas, tarefa nacional de todo o Bloco de Esquerda.

8. TAREFAS E MÉTODOS DE ORGANIZAÇÃO

Para a VIII Convenção, as prioridades de organização são: (1) a criação de formas ativas de participação na decisão e de caminhos para o ativismo em coletivo; (2) o alargamento da rede de comunicação de ideias.

8.1. O Bloco estrutura-se atualmente em organizações concelhias e distritais e numa organização de jovens estudantes. Em todas elas faltam processos de participação que se acrescentem a assembleias de debate e aos organismos eleitos. A partir da Convenção, esses processos devem ser alargados através de plenários distritais e concelhios mais regulares e também de:
(1) Coletivos de iniciativa, que se reúnam por temas ou por acontecimentos, para criar capacidade militante. As normas do Bloco sempre o permitiram, falta é a decisão e o estímulo - de cima para baixo e de baixo para cima. Quem quer envolver-se em atividade, reflexão ou campanha intensa, deve poder fazê-lo e ser apoiado nesse sentido.
(2) Coletivos sectoriais para juntar forças, estimular a criação de alternativas de esquerda ou apoiar o traba-

lho de eleitos nos movimentos sociais (seja em sindicatos e CTs, seja noutros movimentos). Num partido onde convivem diversas abordagens e visões, esses coletivos não são tutelados por cadeias hierárquicas, antes escolhem o seu caminho com respeito por todas as alternativas. O partido deve estimular os coletivos existentes e dinamizar a atividade regular que melhore a disputa de influência social.
(3) Processos eleitorais mais intensos, mantendo os procedimentos estatutários estabilizados no Bloco, e concretizando-os, pelo menos nos distritos com mais de 500 inscritos, através de assembleias distritais no modelo de convenção, com debate político e votação de moções de orientação.

8.2. O modo de organização é sempre um contrato entre ativistas e o movimento que formam. Nestes dois anos, o nosso contrato é criar o espaço para garantir que a base de um partido de massas seja constituída por muito/as ativistas organizado/as em permanência e em rede.

8.3. Existe um trabalho profissional de organização. Ele garante as elevadas exigências de transparência e rigor financeiro, a preparação da agitação e da propaganda, das iniciativas e campanhas, bem como a assessoria e a atividade institucional e popular dos eleito/as. O Bloco valoriza esse apoio indispensável. Coordenar esse trabalho profissional e dele dar conta a todo o movimento caberá a secretariados com uma regra de renovação de mandatos, que deve ser fixada nos Estatutos.

8.4. Cinco anos depois da sua criação, o esquerda.net é uma referência de informação crítica e um instrumento essencial de trabalho político.

8.5. Necessitamos de instrumentos de trabalho ideológico: a revista Vírus foi renovada na sua segunda série, lançada em papel e na internet, e constituirá, com a Cultra, uma plataforma de divulgação das ideias socialistas e dos grandes debates estratégicos: classes, Estado, movimentos, ecologia, género, poder, revolução.

8.6. Os Estatutos definem claramente o modelo de funcionamento da direção do Bloco, com uma Mesa Nacional (80 membros), eleita em listas pela Convenção e que dirige o movimento na aplicação das suas decisões, uma Comissão Política que assegura a condução política permanente e um Secretariado que cumpre funções executivas. Esses são os órgãos estatutários do Bloco, que definem o princípio fundamental do trabalho coletivo da direção eleita.

8.7. Na sequência da VIII Convenção, os dois primeiros nomes da lista para a Mesa Nacional, um homem e uma mulher, são os representantes políticos e institucionais do Bloco e coordenam a sua Comissão Política.

9. INTERVENÇÃO REGIONAL, LOCAL E AUTÁRQUICA

9.1. - Para além da participação dos eleitos locais, a intervenção do Bloco deve reforçar-se em todas as dimensões da democracia local, incluindo nas associações populares. A ação do/as autarcas é um dos instrumentos dessa afirmação, nos combates pela mobilização cidadã nas questões da justiça na economia, dos serviços públicos contra as privatizações, nomeadamente da água, das políticas urbanísticas e do desenvolvimento local, nas lutas relacionadas com os efeitos da crise.

9.2. - O plano do governo é reforçar o centralismo e reduzir a democracia local a uma espécie de superpresidencialismo da maioria. A direita e o PS travaram a regionalização e convergem na intenção de distorcer a proporcionalidade reduzindo a capacidade de decisão dos órgãos eleitos diretamente e empobrecendo a democracia local.

9.3. - A política autárquica do bloco central é a política da gestão dos negócios e da transferência para o/as munícipes das faturas da crise. O ataque à democracia local que a direita está a executar serve esses objetivos. O Bloco está determinado no combate aos anseios negocistas no poder local e afirmará uma intervenção política própria, de nível nacional, como fez com a defesa dos referendos locais contra a imposi-

ção da extinção/fusão de freguesias.

9.4. - O Bloco opõe-se claramente às mudanças na lei eleitoral que reforcem o presidencialismo da maioria e tornem residuais a representatividade e os direitos das oposições. O Bloco entrará nesse combate em defesa de Assembleias mais representativas e com poderes efetivos, capacidade para propor alterações aos orçamentos, eleger e destituir os executivos.

9.5. - O Bloco aprofundará nas suas propostas todos os mecanismos da democracia participativa, essencial para o reforço e estruturação da democracia local, como a regulamentação do direito de petição, a criação de mecanismos participativos em matéria orçamental, a regulamentação das relações com as organizações de moradores e o referendo local.

9.6. - Nas eleições de Outubro de 2013 teremos um programa autárquico à esquerda, construído com os contributos de quem nele queira participar. Um programa alternativo ao modelo neoliberal, que mercantiliza o espaço e as necessidades sociais básicas. Este programa será defendido por candidaturas próprias, empenhadas na disputa de espaço político e de maior representação, abertas a independentes e ativistas locais que partilhem estes objetivos.

9.7. - Favorecemos todas as hipóteses de convergência com movimentos cidadãos que representem expectativas genuínas de mudança e tenham programas coerentes com estes princípios fundamentais.

9.8. - Se e onde houver possibilidades de convergência de toda a esquerda com um programa claro para derrotar a direita instalada no poder local, não será por responsabilidade do Bloco que tal convergência não se efetivará.

9.9. - O Bloco de Esquerda continuará a luta pela construção de Autonomias Regionais fundadas na democracia, no rigor das contas públicas, no combate ao abuso de poder e às ofensas à Constituição. Defendemos as Autonomias enquanto instrumento fundamental ao serviço da diminuição das assimetrias impostas pela insularidade e de emancipação dos portugueses dos Açores e da Madeira. Rejeitamos todos os programas de austeridade regionais, que destroem o emprego e empobrecem as pessoas.

9.10. - No âmbito da próxima revisão das Leis de Finanças Regionais, o Bloco bater-se-á por Leis que imponham rigor e disciplina nas contas públicas e que garantam às Regiões Autónomas os meios necessários para a prossecução das suas competências inscritas nos respetivos Estatutos Político-Administrativos.

LISTA DE SUBSCRITORES

Ada Pereira da Silva, Porto, 9785
Adalberto Carrilho, Setúbal, 4613
Adelina da Conceição Roque, Portalegre, 8182
Adelino Coelho, Beja, 797
Adelino José, Coimbra, 8939
Adelino Mota, Braga, 2379
Adelino Rodrigues Cardoso, Portalegre, 3664
Adelino Tavares Semedo, Setúbal, 9681
Adolfo Torres, Setúbal, 6980
Adriana Lopera, Lisboa, 2447
Adriano Campos, Porto, 3120
Agostinho Silva Pedrosa, Braga, 5875
Aires Ventura, Coimbra, 4404
Albertina Pena, Lisboa, 263
Alberto de Sousa e Silva, Porto, 197
Alberto Matos, Beja, 1542
Alcindo Norte, Faro, 8378
Alda Macedo, Porto, 196
Alda Sousa, Porto, 654
Alexandra Alves Rodrigues, Lisboa, 2536
Alexandra Ribeiro, Porto, 8082
Alexandre Cunha, Leiria, 9201
Alexandre Torrão, Porto, 7901
Alice Amieiro Pinho, Lisboa, 724
Alice Barbosa Vilela, Braga, 5750
Alípio de Freitas, Beja, 645
Almerinda Bento, Setúbal, 529
Ana Drago, Lisboa, 1502
Álvaro Arranja, Setúbal, 569
Álvaro Delgado, Faro, 2685
Álvaro Ribeiro, Porto, 9510
Ambrósio Palminha, Beja, 1412
Americo Campos, Porto, 9572
Américo Santos, Santarém, 8770
Ana Alexandra Costa, Porto, 9577
Ana Bárbara Pedrosa, Braga, 6447
Ana Bela Paixão, Santarém, 4920
Ana Campos, Lisboa, 650
Ana Cansado, Lisboa, 1166
Ana Cláudia Nascimento, Setúbal, 5318
Ana Feijão, Lisboa, 5271
Ana Gomes Branco, Lisboa, 9901
Ana Gonçalves, Porto, 5602
Ana Loureiro, Beja, 8792
Ana Luísa Amaral, Porto, 1568
Ana Maria da Silva, Porto, 5612
Ana Maria Pereira, Aveiro, 9636
Ana Miranda, Setúbal, 6572
Ana Paula Canotilho, Porto, 3310
Ana Paula Rodrigues, Madeira, 3347
Ana Paula Santos, Setúbal, 4452
Ana Rita Brito, Coimbra, 7897
Ana Rita Esteves, Setúbal, 4700
Ana Rita Filipe, Santarém, 3700
Ana Rute Marcelino, Braga, 3718
Ana Sartóris, Setúbal, 2027
Ana Sofia Cortes, Lisboa, 9137
Anabela Mangas, Setúbal, 4993
André Beja, Lisboa, 1128
André Pacheco Moreira, Porto, 8226
André Pires, Lisboa, 283
André Prata, Aveiro, 6519
André Rei, Coimbra, 8388
André Santos Pereira, Lisboa, 9372
Andrea Peniche, Porto, 193
Andreia Maria de Sousa, Porto, 6737
Andreia Meijinhos, Lisboa, 9820
Ângela Fernandes, Lisboa, 925
Aníbal Almeida, Faro, 8645
Aníbal Ramos, Lisboa, 294
Aniceto Correia, Setúbal, 968
António Aderente, Porto, 7910
Antonio Alcino Simões, Porto, 1476
António Augusto Veloso, Lisboa, 7458
Antonio Azevedo Cardoso, Braga, 5788
António Carvalho, Lisboa, 4126
António Chora, Setúbal, 563
António Cordeiro, Setúbal, 1393
António da Costa Resende, Braga, 1302
António de Jesus Abreu, Leiria, 3503
António de Sousa Oliveira, Braga, 7600
António Fernandes, Lisboa, 8032
António Godinho, Santarém, 1323

António Gomes, Santarém, 1353
António Gomes Fernandes, Lisboa, 5061
António Guerreiro, Beja, 2150
António Hilário, Beja, 1438
António José André, Coimbra, 1165
António José Pereira, Braga, 1296
António Loureiro Amaro, Viseu, 979
António Maneira, Setúbal, 273
António Manuel Ferreira, Braga, 5006
António Maria Ricardo, Portalegre, 209
António Marinho, Coimbra, 1660
António Meireles Lima, Braga, 1303
António Neto, Aveiro, 6630
António Oliveira, Setúbal, 6573
António Pimenta Peixoto, Braga, 7198
Antonio Ribeiro Teixeira, Porto, 326
António Rodrigues, Coimbra, 5384
António Santos, Lisboa, 1108
António Santos, Setúbal, 1392
António Silva, Braga, 1762
António Simões, Setúbal, 8517
Antonio Soares da Luz, Porto, 342
António Teixeira, Setúbal, 1390
Armando Emanuel Góis, Braga, 2705
Armando Emílio Mesquita, Évora, 7360
Armando Piçarra Cardoso, Braga, 7535
Armindo Júlio Teixeira, Braga, 6752
Armindo Monteiro, Porto, 5051
Arnaldo Mendes Sarroeira, Leiria, 269
Arnaldo Pata, Setúbal, 1640
Artur Manuel Calado, Portalegre, 8084
Artur Ribeiro Carvalho, Porto, 4459
Assunção Bacanhim, Madeira, 3563
Augusto Arnaldo Taveira, Faro, 935
Augusto Simões, Coimbra, 2844
Aurelindo Ceia, Santarém, 867
Baltazar Fernando Duarte, Porto, 5078
Baltazar Taful, Santarém, 8442
Beatriz Dias, Lisboa, 4621
Belandina Vaz, Lisboa, 5454
Belmira Ferreira, Aveiro, 4559
Bernardino Guia, Faro, 2383
Berta Alves, Lisboa, 666
Bruno Alves Pacheco, Porto, 9323
Bruno Cabral, Lisboa, 297
Bruno Góis, Santarém, 4521
Bruno Gonçalves, Coimbra, 1639
Bruno Maia, Lisboa, 2774
Bruno Santos, Coimbra, 9355
Camila Rodrigues , Lisboa, 9254
Carla Filipa dos Santos, Braga, 8319
Carla Leite, Aveiro, 9851
Carlos Albano Henriques, Braga, 1934
Carlos Albano Martins, Porto, 8427
Carlos Alberto, Santarém, 8488
Carlos Alberto de Almeida, Viseu, 2390
Carlos Alberto Pereira, Madeira, 3566
Carlos Borges Sousa, Lisboa, 3943
Carlos Correia Teles, Braga, 6430
Carlos Couto, Viseu, 3141
Carlos da Torre, Viana Castelo, 2331
Carlos de Jesus Lopes, Braga, 2830
Carlos Eduardo Santos, Vila Real, 7126
Carlos Gonçalves, Lisboa, 9661
Carlos Guedes, Setúbal, 6979
Carlos Guinote, Setúbal, 575
Carlos Manuel Carvalho, Porto, 8017
Carlos Marecos, Santarém, 5017
Carlos Matias, Santarém, 1355
Carlos Mendes, Coimbra, 5387
Carlos Oliveira, Setúbal, 9199
Carlos Pais, Aveiro, 2628
Carlos Palminha , Beja, 3784
Carlos Patrão, Lisboa, 1052
Carlos Santos, Lisboa, 236
Carlos Solposto, Lisboa, 302
Carlos Veiros, Aveiro, 698
Carlos Vieira e Castro, Viseu, 121
Carmen Hilário, Beja, 3222
Carmo Marques, Aveiro, 3655
Cassilda Pascoal, Coimbra, 6750
Catarina Alexandre Rodrigues, Viseu, 306
Catarina Gomes, Aveiro, 6628
Catarina Machado, Lisboa, 5557
Catarina Martins, Coimbra, 2822
Catarina Martins, Porto, 8425

Catarina Moura, Santarém, 3701
Catarina Oliveira, Lisboa, 6764
Catarina Príncipe, Porto, 3418
Celina Santos, Lisboa, 3285
Celme Tavares, Aveiro, 6666
Cecília Honório, Faro, 446
Céu Fazenda, Lisboa, 480
Charles Lourenço, Setúbal, 1898
Cíntia Cardoso, Lisboa, 8170
Cipriano Pisco, Setúbal, 799
Cláudia Ribeiro, Aveiro, 7379
Cláudio Alves, Lisboa, 2799
Cláudio Torres, Beja, 2993
Conceição Pereira, Madeira, 2949
Constantino Alexandre, Faro, 3921
Constantino Piçarra, Beja, 787
Cristina Andrade, Lisboa, 5074
Cristina Malveiro, Beja, 4464
Custódia Rocha, Braga, 1948
Custódia Rodrigues, Setúbal, 589
Custódio Braga, Braga, 927
Dália Gouveia, Lisboa, 7991
Dalila Teixeira, Porto, 9740
Daniel Beles, Setúbal, 1593
Daniel Bernardino, Setúbal, 5151
Daniel Claro, Lisboa, 1336
Daniel Dias Fernandes, Braga, 8683
Daniela Melo, Lisboa, 7951
Daniela Patricia Fernandes, Viseu, 6770
David Argel, Beja, 1424
David Borges da Costa, Porto, 4633
David Silva, Aveiro, 8575
Delfina Fernanda Vieira, Porto, 4864
Delfina Janeiro, Setúbal, 4773
Deolinda Martin, Lisboa, 3942
Deonilde Silva, Setúbal, 1180
Diana Lopes, Braga, 7776
Diana Neves, Lisboa, 4636
Dina Nunes, Lisboa, 692
Diogo Barbosa, Aveiro, 5265
Diogo Mestre, Portalegre, 9694
Duarte Alves, Madeira, 8307
Duarte Arsénio, Santarém, 6146
Duarte Canotilho, Porto, 4136
Duarte Carrilho, Setúbal, 2244
Duarte Cavalinhos, Setúbal, 821
Duarte Leitão, Lisboa, 8541
Eduarda Faria, Setúbal, 566
Eduardo Augusto Valdrez, Porto, 324
Eduardo de Matos Marques, Viseu, 6446
Eduardo Pampim, Aveiro, 7078
Eduardo Rocha, Setúbal, 227
Egídio Fernandes, Madeira, 7350
Elias Jorge Navalho, Lisboa, 7298
Eliseu Filipe Lopes, Porto, 3982
Elsa Maria Carneiro, Braga, 8018
Elsa Romão São João, Portalegre, 3661
Elsa Santos, Coimbra, 5398
Érica Postiço, Lisboa, 5155
Ernesto Costa, Coimbra, 2821
Ernesto Ferraz, Madeira, 6783
Ernesto Valério Figueiredo, Braga, 8957
Eugénio, Lisboa, 967
Eva Braga, Aveiro, 105
Eva Santos, Faro, 6514
Ezequiel Ferreira, Setúbal, 670
Fabian Figueiredo, Coimbra, 5232
Fábio Salgado, Leiria, 4510
Fabíola Neto Cardoso, Santarém, 1324
Fabrice Schumans, Coimbra, 5105
Fátima (Tucha) Martins, Aveiro, 1397
Fátima Barata, Setúbal, 754
Fátima Grácio, Porto, 376
Fátima Marras, Setúbal, 6567
Fátima Silva, Lisboa, 7543
Fernando Baeta Neves, Lisboa, 3082
Fernando de Assis Pacheco , Viseu, 6816
Fernando Fontinha, Lisboa, 8290
Fernando João Faria, Lisboa, 1448
Fernando Jorge Afonso, Aveiro, 102
Fernando José Queiroz, Porto, 555
Fernando Letra, Madeira, 1952
Fernando Manuel Barbosa, Porto, 7105
Fernando Manuel da Costa, Lisboa, 3933
Fernando Oliveira, Lisboa, 8291
Fernando Pedro, Lisboa, 6900

Fernando Poeiras, Santarém, 5016
Fernando Proença, Castelo Branco, 7393
Fernando Roque, Setúbal, 9196
Fernando Rosas, Setúbal, 657
Fernando Sarmento, Bragança, 8574
Fernando Sequeira, Setúbal, 1077
Filipa Filipe, Santarém, 6247
Filipa Gonçalves, Lisboa, 3541
Filipe Infante, Setúbal, 8317
Filipe Mendes Rosas, Lisboa, 661
Filipe Rosas, Lisboa, 2560
Filipe Vintém, Santarém, 8495
Filomena Amaral, Coimbra, 4406
Filomena Cirne, Porto, 9050
Florbela Nunes, Portalegre, 9787
Florival Cordeiro, Lisboa, 2232
Francisco Alves, Lisboa, 1107
Francisco Amorim Batista, Porto, 1235
Francisco Fanhais, Beja, 791
Francisco José Silva, Porto, 4052
Francisco Louçã, Lisboa, 1684
Francisco Manuel da Silva, Lisboa, 3498
Francisco Morais, Setúbal, 9122
Francisco Tomás, Setúbal, 755
Frederico Pinheiro, Lisboa, 6708
Gaspar Manuel Sousa e Silva, Braga, 3258
Gaspar Martins Pereira, Porto, 337
Gina Mateus, Beja, 8781
Gonçalo Cabral Ferreira, Porto, 8568
Gonçalo Ferrão, Lisboa, 9656
Gonçalo Ribeiro, Lisboa, 9429
Gualter Costa, Porto, 8988
Guida Ascensão, Beja, 795
Gustavo Behr, Lisboa, 4574
Haldane Amaro, Setúbal, 9123
Heitor Carvalho, Aveiro, 2556
Heitor de Sousa, Leiria, 664
Helder Birrento, Santarém, 6553
Helder Fortes, Santarém, 8493
Helder Maia, Beja, 7387
Helder Sousa, Lisboa, 9835
Helena Loureiro, Coimbra, 9426
Helena Maria Amaral, Santarém, 611
Helena Maria da Cunha Órfão, Braga, 924
Helena Neves, Lisboa, 1035
Helena Oliveira, Setúbal, 548
Helena Oliveira, Aveiro, 4557
Helena Pinto, Lisboa, 659
Henrique Augusto Pereira, Viseu, 9674
Henrique Chambel, Portalegre, 9765
Henrique da Cunha Vilela, Braga, 5756
Henrique Manuel Oliveira Costa, Braga, 3548
Henrique Pires, Setúbal, 3820
Homero Nascimento, Lisboa, 4783
Hugo Dias, Coimbra, 187
Hugo dos Santos Macedo, Braga, 7614
Hugo Evangelista, Lisboa, 3424
Hugo Ferreira, Coimbra, 6444
Hugo Meireles, Aveiro, 2859
Hugo Silva, Aveiro, 4686
Humberto Andrade, Lisboa, 1034
Humberto Silveira, Lisboa, 4094
Idalécio Soares, Faro, 9563
Igor David Andrade, Madeira, 7347
Ines Antão, Setúbal, 4719
Inês Ferreira, Lisboa, 6313
Inês Grilo, Coimbra, 9776
Inês Patrício, Aveiro, 7033
Inês Ribeiro, Lisboa, 9412
Inês Santos, Lisboa, 5334
Inês Tavares, Lisboa, 9721
Irina Pampim, Beja, 8869
Isabel Almeida, Castelo Branco, 4493
Isabel Campante, Coimbra, 9428
Isabel Cristina de Almeida, Lisboa, 9455
Isabel Maria dos Santos, Viseu, 9673
Isabel Pires, Lisboa, 6734
Isabel Vieira, Setúbal, 1391
Isidro Manuel Soares, Porto, 358
Isilda Carvalho Leite, Braga, 9717
Ivar Corceiro, Aveiro, 5893
Ivo Angélico, Aveiro, 8468
Jacinto Sousa, Aveiro, 9035
Jaime Mestre, Setúbal, 831
Jaime Pinho, Setúbal, 671
Jaime Salvadinho, Beja, 796

Jeremy Nicolas de Carvalho, Braga, 9753
Joana Croca, Setúbal, 7678
Joana Dias, Aveiro, 6627
Joana Ferreira, Setúbal, 4943
Joana Grilo, Lisboa, 5360
Joana Louçã, Lisboa, 1374
Joana Macedo, Lisboa, 137
Joana Mortágua, Setúbal, 3772
Joao Abrantes, Santarém, 9151
João Afonso, Setúbal, 519
João Alves, Setúbal, 828
João António Ferro, Évora, 1280
João Bau, Lisboa, 4658
João Camargo, Lisboa, 9236
João Carlos Brandão, Faro, 934
João Carlos Choças, Portalegre, 4598
João Catarino, Aveiro, 9023
João Cosme, Coimbra, 8884
João Curvêlo, Lisboa, 5369
João Damas, Porto, 5630
João Dias, Aveiro, 6632
João Dias, Setúbal, 9197
João Eduardo Bagina, Portalegre, 4593
João Francisco Simões, Portalegre, 7704
João Gomes, Lisboa, 8177
João Gomes, Aveiro, 9269
João Manso, Setúbal, 1986
João Manuel de Oliveira, Lisboa, 7051
João Manuel Oliveira, Braga, 917
João Manuel Ribeiro, Braga, 2935
João Mineiro, Castelo Branco, 6565
João Morgado, Setúbal, 8520
João Neves, Lisboa, 7790
João Nunes, Santarém, 5486
João Oliveira, Portalegre, 9659
João Paulo Lage, Portalegre, 9252
João Paulo Lopes, Setúbal, 7015
João Paulo Marques, Lisboa, 6763
João Paulo Tomé, Coimbra, 2451
João Pinho, Lisboa, 2343
João Ricardo Pinheiro, Braga, 4616
João Santo, Coimbra, 1456
João Santos, Setúbal, 9393
João Semedo, Porto, 4638
João Silva, Sintra, 2747
João Teixeira Lopes, Porto, 2168
João Vasconcelos, Faro, 1508
Joaquim Balhé, Setúbal, 839
Joaquim Dias, Aveiro, 640
Joaquim Espirito Santo, Porto, 2627
Joaquim Falé, Beja, 1419
Joaquim José Dias, Lisboa, 4602
Joaquim Lima, Porto, 321
Joaquim Mendes Teixeira, Braga, 4252
Joaquim Merca, Setúbal, 2932
Joaquim Pereira, Porto, 2578
Joaquim Piló, Setúbal, 2930
Joaquim Raminhos, Setúbal, 559
Joaquim Rodrigues, Coimbra, 9420
Joaquim Santos da Silva, Porto, 320
Joaquim Santos Pinho, Porto, 3269
Joaquina Mil-Homens, Setúbal, 2865
Joel Francisco de Oliveira, Porto, 1238
Joni Ledo, Bragança, 6718
Jorge Candeias, Faro, 9561
Jorge da Encarnação Ramos, Faro, 8646
Jorge Costa, Setúbal, 635
Jorge Duarte Magalhães, Porto, 4458
Jorge Emanuel Santos, Porto, 7882
Jorge Gonçalves, Setúbal, 562
Jorge Martins Pinto, Porto, 8146
Jorge Miguel Vilela, Braga, 9736
Jorge Nicolau Lourenço, Porto, 1240
Jorge Noutel, Guarda, 2683
Jorge Oliveira da Cunha, Viseu, 1290
Jorge Silva, Setúbal, 4147
Jorge Silva (Juca), Lisboa, 1103
Jorge Teixeira, Viana Castelo, 6913
José Aiveca, Setúbal, 4775
José Alfredo Ribeiro, Braga, 916
José António Carvalho, Braga, 9475
José António Moreira, Faro, 6643
José António Rocha, Setúbal, 4994
José Augusto Pinto, Porto, 6932
José Baza Santos, Lisboa, 113
José Bilro, Setúbal, 570

José Braga Panóias, Setúbal, 1188
José Carlos da Cunha, Porto, 1469
José Carlos de Vasconcelos, Viseu, 3304
José Carlos Lopes, Aveiro, 697
José Carlos Rodrigues, Braga, 1307
José Carlos Santos, Braga, 4525
José Casimiro, Lisboa, 660
José Cerqueira e Silva, Braga, 6198
José de Magalhães Inácio, Porto, 2701
José Dias, Braga, 5726
José Diniz Pinto, Braga, 915
José Domingos, Faro, 9554
José Falcão, Lisboa, 653
José Ferreira, Porto, 2585
José Gil, Coimbra, 8453
José Gusmão, Santarém, 3283
José João Lucas, Coimbra, 4808
José Joaquim dos Santos, Porto, 646
José Luís da Silva, Setúbal, 1373
José Luis de Sousa, Porto, 6120
José Luis Pissarro, Lisboa, 1053
José Maneira, Lisboa, 403
José Manuel Castro, Porto, 333
José Manuel Dias, Évora, 7667
José Manuel Gema, Lisboa, 7630
José Manuel Pureza, Coimbra, 406
José Manuel Soares, Coimbra, 4803
José Manuel Valente, Lisboa, 7289
José Maria Cardoso, Braga, 1308
José Maria Matias, Faro, 9732
José Maria Ramos, Porto, 5091
José Martinho Machado, Braga, 8358
José Miranda, Porto, 5076
José Neves Filipe, Santarém, 1333
José Paiva Faria, Braga, 7234
José Pedro Fernandes, Porto, 6388
José Pedro Oliveira, Beja, 8293
José Peixoto, Leiria, 414
José Soeiro, Porto, 948
José Veia, Faro, 2359
Júlia Correia, Coimbra, 4770
Júlia Garraio, Coimbra, 5104
Júlia Pereira, Setúbal, 8834
Julieta Rocha, Setúbal, 1191
Júlio Afonso, Bragança, 7205
Laura Diogo, Coimbra, 9191
Leonor Costa, Lisboa, 5673
Lia Rodrigues, Coimbra, 3671
Liliana Duarte, Setúbal, 8584
Lina Duarte, Santarém, 4476
Lúcia Arruda, Açores, 3863
Lucinda Silva, Madeira, 2945
Luis Amadeu da Mota, Porto, 6138
Luís Branco, Lisboa, 239
Luis Carlos Araujo, Porto, 6985
Luís Carlos da Cunha Peixoto, Braga, 7197
Luís Castro, Lisboa, 1713
Luís Cortesão, Coimbra, 2981
Luís Costa, Lisboa, 8295
Luis Eugenio Peres, Porto, 366
Luís Fazenda, Lisboa, 1685
Luís Filipe Pereira, Setúbal, 543
Luís Gomes, Santarém, 1501
Luis Gonçalves da Silva, Porto, 8771
Luís Leiria, Lisboa, 993
Luis Manuel Santos, Porto, 332
Luis Mariano, Évora, 4046
Luis Mariano, Faro, 8382
Luís Miguel Coelho, Braga, 2704
Luis Moreira, Lisboa, 9846
Luis Mouga Lopes, Viseu, 3427
Luís Pereira dos Santos, Braga, 429
Luís Rente, Coimbra, 8433
Luís Resendes, Setúbal, 4264
Luís Sá, Aveiro, 4314
Luís Santos, Lisboa, 8954
Luís Vale, Bragança, 3823
Luis Valentim Monteiro, Porto, 6793
Luís Vieira Jerónimo, Lisboa, 8161
Luísa Teixeira, Setúbal, 750
Luz Celeste Batista, Porto, 1246
Madalena Cabral Ferreira, Porto, 8567
Mafalda Santos Costa, Lisboa, 3963
Manuel Afonso, Faro, 8121
Manuel António Barona, Setúbal, 9651
Manuel António Lopes, Santarém, 760

Manuel Braga, Setúbal, 3243
Manuel Brissos, Beja, 793
Manuel Filipe Faria, Madeira, 5242
Manuel Goes, Faro, 3437
Manuel Grilo, Lisboa, 649
Manuel Martins, Setúbal, 587
Manuel Perfeiro da Silva, Porto, 317
Manuel Rocha, Aveiro, 6815
Manuel Sabino, Setúbal, 586
Manuel Silvestre, Lisboa, 667
Manuel Zacarias Leiras, Braga, 8718
Manuela Coelho Antunes, Viseu, 1289
Manuela Pereira, Leiria, 8203
Manuela Tavares, Setúbal, 845
Marcelo Cláudio Oliveira, Braga, 3945
Marco Daniel Veríssimo, Viseu, 4355
Marco Estevão de Almeida, Braga, 9714
Marco Marques, Setúbal, 5160
Marco Mendonça, Bragança, 122
Marco Pereira, Faro, 9360
Margarida Diogo, Lisboa, 2269
Margarida Granja Fernandes, Braga, 909
Margarida Janeiro, Faro, 9584
Maria Clara Oliveira, Setúbal, 9839
Maria Conceição Anjos, Santarém, 8661
Maria Conceição Nogueira, Porto, 941
Maria Conceição Peralta, Lisboa, 6440
Maria da Conceição Semedo, Setúbal, 9680
Maria da Graça Lucena, Porto, 6586
Maria da Luz Leonor, Porto, 9708
Maria da Luz Louro, Portalegre, 8428
Maria de Fátima Figueiredo, Braga, 9593
Maria de Fátima Pinheiro, Lisboa, 713
Maria de Jesus Mota, Braga, 2028
Maria de Lourdes Cordeiro, Lisboa, 3995
Maria de Lurdes Sá, Coimbra, 2816
Maria do Carmo Gonçalves, Lisboa, 8697
Maria do Céu Mota, Braga, 8719
Maria Eduarda Monteiro, Lisboa, 1094
Maria Elisa Magalhães, Porto, 3812
Maria Esmeralda Mateus, Porto, 1252
Maria Estela Rodrigues, Porto, 595
Maria Feliciana Mota, Setúbal, 4612
Maria Fernanda Campos, Lisboa, 256
Maria Fernanda Ribeiro, Setúbal, 1113
Maria Ganança, Madeira, 2947
Maria Helena Nunes, Setúbal, 1193
Maria Isabel Duarte, Lisboa, 672
Maria Isabel Roque, Lisboa, 5042
Maria João da Silva, Setúbal, 1859
Maria João Sequeira, Braga, 4259
Maria José Fonseca, Viseu, 3182
Maria José Ganhão, Setúbal, 2222
Maria José Magalhães, Porto, 1340
Maria José Moreira, Porto, 1205
Maria José Samora, Lisboa, 502
Maria Leonor Figueiredo, Porto, 7573
Maria Luisa Anselmo, Faro, 1396
Maria Luísa Bastos, Porto, 8916
Maria Lurdes Domingues, Porto, 382
Maria Manuela Pereira, Braga, 5830
Maria Odete Costa, Aveiro, 7979
Maria Rodrigues, Porto, 383
Maria Teresa Bispo, Lisboa, 7629
Maria Teresa da Silva, Porto, 6931
Maria Teresa Martins, Braga, 3518
Mariana Aiveca, Setúbal, 241
Mariana Carneiro, Lisboa, 1644
Mariana Mortágua, Lisboa, 6687
Mariana Pinho, Lisboa, 8581
Mariana Rei, Aveiro, 6638
Mariana Santos, Braga, 8061
Mariette Martinho, Faro, 8449
Marina Ramos da Silva, Setúbal, 5066
Marina Silva, Leiria, 9248
Mário Bessa, Coimbra, 5390
Mário Castro Moniz, Açores, 3797
Mário Durval, Setúbal, 583
Mario Jorge Amorim, Setúbal, 1747
Mário José Costa, Braga, 8767
Mário Tomé, Lisboa, 3761
Marisa Matias, Coimbra, 3764
Marta Graça, Aveiro, 4643
Marta Pereira, Setúbal, 1195
Micael Cardoso Marçal, Castelo Branco, 8889
Miguel Cardina, Coimbra, 7151

Miguel da Câmara Pinto, Lisboa, 448
Miguel Dias, Coimbra, 1159
Miguel Heleno, Porto, 9353
Miguel Mesquita, Coimbra, 2819
Miguel Reis, Lisboa, 485
Miguel Rodrigues, Beja, 2501
Moisés Ferreira, Aveiro, 2860
Nádia Cantanhede, Lisboa, 9006
Natacha Ferreira, Porto, 9833
Natércia Coimbra, Coimbra, 644
Nelson Campos, Santarém, 4144
Nelson Edgar Pereira, Braga, 2938
Nelson Fraga, Açores, 1168
Nelson Peralta, Aveiro, 1664
Noémia Neves Anacleto, Lisboa, 483
Noémia Nunes, Lisboa, 1352
Nuno Alexandre Pinto, Faro, 7671
Nuno Álvaro Miranda, Lisboa, 6547
Nuno Alves, Lisboa, 7001
Nuno Antonio Monteiro, Porto, 6969
Nuno Antunes, Lisboa, 2562
Nuno Brito, Lisboa, 4850
Nuno Canha, Portalegre, 9675
Nuno Cardoso, Aveiro, 5152
Nuno Costa, Lisboa, 9260
Nuno Duarte Lobo, Viseu, 3146
Nuno Eduardo Coelho, Évora, 8053
Nuno Freitas, Porto, 9091
Nuno Moniz, Porto, 4325
Nuno Nascimento, Bragança, 3816
Nuno Serrano, Aveiro, 5234
Nuno Soares, Aveiro, 9637
Nuno Viana, Faro, 5028
Orlando Gaspar Almeida, Lisboa, 3790
Oscar José Fangueiro, Porto, 7180
Patricia Braga, Porto, 9051
Patrícia Cardoso, Viseu, 3142
Patrícia Kok, Coimbra, 1158
Patricia Prata, Lisboa, 9375
Paula Cristina Vieira, Braga, 6754
Paula Nogueira, Braga, 2099
Paula Sequeiros, Porto, 194
Paula Valentim, Porto, 9529
Paulete Matos, Lisboa, 605
Paulo Alexandre Semedo, Setúbal, 1117
Paulo Bombaça, Setúbal, 9342
Paulo Curado, Aveiro, 7418
Paulo de Jesus, Lisboa, 1453
Paulo Gonçalves, Lisboa, 8135
Paulo Jorge Figueiredo, Setúbal, 6555
Paulo Jorge Freitas, Leiria, 9103
Paulo José Rosa Cardoso, Portalegre, 2598
Paulo Marques da Costa, Braga, 2382
Paulo Mendes, Lisboa, 3025
Paulo Mendes, Açores, 4189
Paulo Mendes, Aveiro, 4339
Paulo Mendes, Santarém, 8491
Paulo Moura, Coimbra, 5347
Paulo Reis, Santarém, 8492
Paulo Renato Ricardo, Porto, 2055
Paulo Seara, Vila Real, 7936
Paulo Sousa, Lisboa, 5362
Paulo Vieira, Lisboa, 1163
Pedro Carreira, Porto, 9837
Pedro de Sousa, Porto, 9133
Pedro Filipe Soares, Aveiro, 2861
Pedro Isidro Soares, Porto, 173
Pedro Lourenço, Lisboa, 770
Pedro Malaca, Santarém, 3771
Pedro Marques, Madeira, 7952
Pedro Miguel Lourenço, Porto, 9666
Pedro Mota, Faro, 4152
Pedro Nuno Ferreira, Lisboa, 9587
Pedro Oliveira, Setúbal, 537
Pedro Oliveira, Santarém, 6964
Pedro Pereira Silva, Lisboa, 9509
Pedro Ramos, Lisboa, 3514
Pedro Rodrigues, Aveiro, 2155
Pedro Rodrigues, Coimbra, 5396
Pedro Sales, Lisboa, 651
Pedro Saraiva, Lisboa, 462
Pedro Soares, Braga, 108
Pedro Teixeira, Lisboa, 3050
Puria Esfandiári, Aveiro, 6670
Rafael Gomes, Santarém, 8299
Raimundo Santos, Lisboa, 875

Raquel Bagulho, Lisboa, 5059
Raquel Maia, Aveiro, 4558
Raul Romana, Lisboa, 463
Renato Marinho Silva, Braga, 7122
Renato Soeiro, Porto, 2620
Ricardo Caçoila, Setúbal, 4699
Ricardo Duarte, Lisboa, 2516
Ricardo Gouveia, Lisboa, 9357
Ricardo Moreira, Lisboa, 4622
Ricardo Nunes, Lisboa, 9125
Ricardo Ribeiro, Braga, 9594
Ricardo Robles, Lisboa, 2005
Ricardo Sá Ferreira, Porto, 6790
Ricardo Salabert, Porto, 1961
Ricardo Sequeiros Coelho, Porto, 177
Ricardo Vicente, Lisboa, 6574
Rita Calvário, Lisboa, 469
Rita Gorgulho, Lisboa, 5361
Rita Machado, Lisboa, 9775
Rita Martins, Lisboa, 8292
Rita Monteiro dos Santos, Lisboa, 9842
Rita Namorado, Lisboa, 9582
Rita Silva, Lisboa, 2001
Robert Martins, Aveiro, 9207
Roberto Almada, Madeira, 3579
Roberto Robles, Setúbal, 6453
Rodrigo dos Santos Pereira, Viseu, 9668
Rodrigo Gonçalves, Santarém, 9186
Rodrigo Rivera, Lisboa, 3451
Rogério Moreira, Lisboa, 2047
Rogério Neto, Faro, 9698
Rogério Oliveira, Setúbal, 216
Rosa Manuela Cerdeira Oliveira, Braga, 5791
Rosa Maria, Coimbra, 5455
Rosa Maria Bernardino, Lisboa, 5469
Rosa Maria Domingos, Lisboa, 3072
Rosa Maria Pereira, Lisboa, 6972
Rosa Maria Pinto Viana, Braga, 5774
Rosa Monteiro Silva, Setúbal, 8530
Rosália Santos Correia, Évora, 8450
Rosalina, Lisboa, 468
Rosinda Beltrão, Lisboa, 4145
Rui Antunes, Braga, 8115
Rui Apresentação, Braga, 8687
Rui Cortes, Vila Real, 251
Rui de Jesus Jacob Pernas, Portalegre, 3666
Rui Godinho, Setúbal, 2482
Rui Lourido Nóvoa, Porto, 159
Rui Maia, Lisboa, 3967
Rui Maio, Aveiro, 6629
Rui Marques, Lisboa, 7090
Rui Matoso, Santarém, 206
Rui Morgado Mendes, Porto, 6791
Rui Venâncio, Coimbra, 7762
Rute Simão, Castelo Branco, 6977
Samuel Marcelino Cardoso, Lisboa, 9828
Sandra Cunha, Setúbal, 487
Sandra Guerreiro, Coimbra, 6245
Sandra Maria Rodrigues da Silva, Braga, 1763
Sandra Oliveira, Braga, 9716
Sandra Silvestre, Coimbra, 3741
Sandra Farias Almeida, Lisboa, 9802
Sara Algodres Simões, Lisboa, 9592
Sara Amieiro Simões, Setúbal, 5679
Sara Cura, Santarém, 8650
Sara Magalhães, Lisboa, 7650
Sara Rocha, Lisboa, 4762
Sara Schuh, Lisboa, 9088
Sebastião José Correia, Porto, 1971
Sebastião Pernes, Faro, 4952
Serafim Duarte, Coimbra, 1150
Sérgio Cerqueira, Sintra, 6590
Sérgio Cunha, Aveiro, 8498
Sérgio Neves, Setúbal, 4637
Silvana Paulino, Setúbal, 8864
Silvestre Santos Pereira, Porto, 1262
Sílvia Machado, Açores, 6665
Silvia Oliveira, Portalegre, 9766
Simão Cunha Ribeiro de Freitas, Braga, 7031
Simeão Quedas, Faro, 3910
Sofia Crisóstomo, Lisboa, 6934
Sofia Isabel Luna, Évora, 6786
Sofia Roque, Lisboa, 3595
Sofia Santos, Europa, 5342
Sónia Araújo, Madeira, 2948
Sónia Oliveira, Portalegre, 9658

Soraia Arruda, Setúbal, 8794
Tamara Gedhill, Portalegre, 9767
Tamara Martins da Fonseca, Lisboa, 9728
Telmo Rodrigues, Lisboa, 9700
Teresa Cunha, Coimbra, 2820
Teresa Figueiredo, Setúbal, 1114
Teresa Sales, Setúbal, 3821
Teresa Silva, Coimbra, 5355
Teresina Paz, Santarém, 8532
Tiago Acúrcio, Coimbra, 8745
Tiago Caseiro, Setúbal, 2931
Tiago Gillot, Lisboa, 636
Tiago Henriques, Braga, 9018
Tiago Ivo Cruz, Lisboa, 5224
Tiago Margarido Carvalho, Porto, 7293
Tiago Pinheiro, Setúbal, 7931
Tiago Pinto, Coimbra, 9290
Tiago Ramalho, Castelo Branco, 9110
Tiago Vicente, Lisboa, 3035
Timóteo Macedo, Lisboa, 1104
Valdemar Reis, Sintra, 1102
Valério Pinto, Porto, 363
Valter Vinagre, Lisboa, 1670
Vasco Rafael Dias, Lisboa, 7596
Vera Timóteo, Lisboa, 127
Vergilio Pereira, Porto, 7511
Victor Franco, Santarém, 1329
Victor Manuel Malheiro, Btaga, 2538
Victor Rodrigues Monteiro, Viseu, 3193
Vidal Marreiros, Faro, 3939
Virgínia Matos, Aveiro, 6668
Vítor Cabrita, Setúbal, 3953
Vitor Cavalinhos, Setúbal, 526
Vitor Edmundo, Lisboa, 1073
Vítor Ferreira, Lisboa, 719
Vítor Lopes, Braga, 7777
Vítor Machado, Lisboa, 4248
Vitor Manuel Pinheiro, Lisboa, 712
Vitor Mendes Pires, Porto, 1263
Vítor Ruivo, Faro, 516
Vítor Tavares, Lisboa, 9855
Vitorino Vieira Pereira, Leiria, 477
Zélia Afonso, Setúbal, 574

MOÇÃO B

Por uma resposta socialista de combate

lista.b_2012@bloco.org

RAZÕES PARA UMA MOÇÃO

O Bloco de Esquerda surgiu como uma bandeira de esperança. Há 13 anos que, querendo "Começar de novo", aqui vimos convergindo. Somos portadores de distintas experiências e combates pelo socialismo, gerações diferentes no mesmo caudal de expectativas por uma sociedade sem exploração.

Uns por via das correntes fundadoras, outros pelo seu pé, chegámos entusiasmados com este movimento que se ergue à esquerda. A seiva do BE é hoje muito mais do que o somatório dos partidos originários.
Somos dirigentes e activistas de base. Ontem como hoje, alegrámo-nos e decepcionámo-nos, mas é no BE que estamos e é no BE que queremos estar. Queremos construir o futuro, sem resignação ou desistência. Queremos voltar a alegrar-nos com o apoio às nossas alternativas neste período tremendo de ataque aos direitos democráticos e sociais.

Muitos de nós estiveram sempre com a Direcção, e aí se desencantaram com os rumos recentes do BE. Outros não. Mas isso nunca foi factor de enfraquecimento. Sabemos lidar com a diferença de opinião.

Pensámos a política e a praxis em grupos de camaradagem e no seio do BE; temos apresentado listas alternativas às apoiantes da Direcção. Noutros locais mantivemo-nos à margem, em silêncio.

A VIII Convenção do Bloco de Esquerda, enquanto espaço de reflexão e de decisão para a intervenção política nos próximos anos, só pode ter, como ponto de partida, uma atitude lúcida e corajosa em que confrontemos os objectivos políticos e organizativos traçados há dois anos com os resultados alcançados.

A preocupante perda de influência do BE na sociedade portuguesa tem de ser vista à luz das evoluções mais recentes e tem de ser confrontada com as orientações e procedimentos que a Direcção do BE adoptou.

Em primeiro lugar constatamos uma grande dificuldade táctica em intervir numa situação política exigente. O voluntarismo que o apoio à candidatura presidencial de Manuel Alegre assumiu, incapaz de assegurar alguma distância entre o candidato e o BE, fragilizou a intervenção política posterior.

A eleição de Cavaco Silva e o agravamento da situação internacional provocaram uma alteração da relação de forças na sociedade portuguesa em prejuízo do movimento social e político apoiado na esquerda.

A direcção do BE não conseguiu entender o sentido e o alcance destas alterações, ficando prisioneira de uma política errática de que são exemplo a apresentação de uma moção de censura fora de tempo e a incompreensível ausência nas reuniões com a troika.

Após este período, as consequências são conhecidas: perdemos metade do eleitorado e metade do grupo parlamentar.

Daí para cá, a direcção do BE tem mostrado indisponibilidade política para a reflexão interna sobre estas questões, ouvindo com impaciência qualquer crítica, optando por vezes por afastar militantes e aderentes mais críticos.

No plano da intervenção pública, o BE foi perdendo influência, frescura e disponibilidade para dialogar com largos sectores da sociedade. Foi-se acantonando numa lógica pouco democrática de defesa da fortaleza sitiada defendida pelo aparelho.

I
CONTRA O ABISMO DA EUROPA NEOLIBERAL

A ofensiva neoliberal dos anos 80 criou um modelo de capitalismo baseado na globalização financeira, na livre circulação de capitais e na crença da auto-regulação dos mercados, na suposição de que estes geram as soluções mais eficientes.

Em pouco mais de vinte anos os resultados mais evidentes foram as privatizações e a liberalização selvagem do mercado de trabalho, beneficiando da desregulação e da ressaca ideológica que acompanhou a implosão da União Soviética e dos países do chamado "socialismo real". As sucessivas bolhas especulativas que atingiram a economia mundial e em particular a crise de 2007-2009 foram resultado destes desmandos.

A responsabilidade do contexto depressivo e dos flagelos sociais que vivemos é do capitalismo contemporâneo e dos que o construíram e com ele colaboraram. O refluxo e a deterioração da relação de forças política e social, acompanhados de uma violenta campanha de intoxicação ideológica, deram lugar a um clima de medo e apatia e ao reforço das ideias e políticas mais conservadoras, em particular na União Europeia.

O objectivo da austeridade é levar o modelo neoliberal mais longe nos países mais vulneráveis, limitando o Estado Social a uma componente residual, dando lugar a uma economia profundamente privatizada e desregulada e a uma sociedade atomizada sem alternativas para além da resistência.

Com o desemprego estrutural e a precariedade extrema, favorecidos pelas mudanças nas leis laborais, os governos de direita e a troika estão a reduzir drasticamente os custos com o trabalho com consequências inevitáveis ao nível da contenção forçada do consumo interno.

Esta política deprime o nível de actividade, aprofunda a recessão, destrói empresas e sectores de actividade, aumenta as desigualdades e leva à pauperização extrema. Atrás da degradação económica e social desenha-se uma ofensiva às liberdades políticas e à democracia.

Em Portugal, a impossível desvalorização cambial no quadro do euro é como que compensada pela diminuição das importações e o aumento das exportações, conduzindo à reversão da balança comercial, por efeito de uma desvalorização da economia, do consumo interno e do investimento. Esta estratégia de empobrecimento reforça a injusta distribuição dos rendimentos e deixará um rasto de destruição de que será difícil recuperar. Travá-la é um imperativo de sobrevivência que deve mobilizar todos os que se opõem a este suicídio nacional.

Combater estas políticas, a troika e a austeridade do governo PSD/CDS, sem tréguas e sem concessões; restaurar condições para o crescimento económico; melhorar os níveis de vida; eliminar a pobreza e a desigualdade constituem o eixo central da nossa intervenção política e a grande prioridade do momento.

Este repto pressupõe a construção de um modelo de desenvolvimento alternativo, apoiado em soluções inovadoras que compatibilizem crescimento económico e do emprego com preservação dos recursos não renováveis. O desafio que se coloca em nome da sustentabilidade ambiental visa assegurar prosperidade e bem-estar económico e social.

POR UM PROJECTO DE REFORMA DO EURO E DAS INSTITUIÇÕES EUROPEIAS

A nossa economia foi severamente castigada pelo desenho das instituições de governação comunitárias e pela influência disfuncional do euro que criou desequilíbrios macroeconómicos insustentáveis, excedentes nos países do centro europeu e défices comerciais e desindustrialização na periferia.

A crise financeira envolveu Portugal, a Grécia, a Irlanda ou a Espanha com vulnerabilidades diversas. O seu impacto gerou uma espiral de recessão e desemprego, levou à perda de receitas orçamentais e um aumento da despesa pública (quer em resgates à banca, quer pelo aumento de encargos sociais com o desemprego e a protecção social).

O que era um problema do sistema financeiro, resultado das políticas de desregulação, converteu-se num problema de dívida pública, que permitiu o ataque da austeridade e beneficiou as instituições financeiras credoras alemãs e de outros países do centro europeu.

O BE deve defender o desenvolvimento da Europa baseado na sustentabilidade dos recursos, com Portugal dentro de euro. Mas a permanência no euro exige reformas profundas, compensações que neutralizem a sua desvantagem matricial, isto é, um arranjo institucional alternativo, fundado em mecanismos de controlo e participação democrática na governação económica europeia.

Para além da renegociação da dívida e do não pagamento da dívida ilegítima, exige-se uma mudança de estatuto do BCE e a criação de obrigações europeias (eurobonds), a desvalorização do euro e uma política fiscal de apoio às exportações dos países endividados, a nacionalização da banca intervencionada, o fim das offshores, a regulação do sector financeiro, e a elaboração de um plano comum europeu de relançamento da actividade económica e criação de emprego, apostando num investimento na ciência fundamental e experimental e na sua aplicação através da tecnologia nos diferentes sectores de actividade.

No plano da mobilização social e da batalha política, é necessário estimular formas de cooperação à escala europeia do BE com outros agrupamentos e forças políticas anti-capitalistas, para que estas propostas tenham eco internacional, tomando expressão não só em iniciativas conjuntas de carácter bi e multilateral, como na construção de caminhos para a organização ou apoio a iniciativas políticas concertadas.

PELA UNIDADE DA ESQUERDA

Nesta conjuntura de acentuado refluxo social e político, cresceu a aspiração à unidade contra a austeridade do governo PSD/CDS entre a maioria da população trabalhadora. É urgente encontrar propostas que consagrem e aprofundem esse desiderato.

No quadro da defesa da democracia, do Estado Social e dos direitos dos trabalhadores, há que criar um espaço de debate e comprometimento de toda a esquerda em torno de uma plataforma mínima.

Temos de vencer a divisão da esquerda e ir para além da mera resistência.

Precisamos de desgastar o núcleo duro que sustenta as políticas da troika, e nele está toda a direita, e a direcção e sectores significativos da elite do PS, que não participando no governo, procuram demagogicamente reflectir uma imagem oposicionista, insinuando-se como alternativa. A direcção do PS e a maioria do seu grupo parlamentar têm defendido a necessidade de medidas que estimulem o crescimento económico e criem emprego, mas votam as alterações mais agressivas à legislação laboral e medidas de impacto recessivo.

Neste momento de verdadeira emergência nacional, temos de fazer um esforço acrescido pela unidade, combinando iniciativa e audácia, capacidade táctica e esforço concretizador, criando uma dinâmica em torno de uma plataforma mínima de reivindicações fundamentais, confrontando o PS com essas propostas e iniciativas.

O Congresso Democrático das Alternativas constitui um bom ensaio para os modelos em que devemos apostar. O BE terá de integrar soluções mais amplas, a par da crítica sem tréguas à direcção do PS e aos seus compromissos com o governo PSD/CDS, com a austeridade e as privatizações.

A não ser assim, o BE fica sem espaço para crescer ou sequer sobreviver, confinado às convergências com o

PCP, enquistado no discurso e práticas sectárias.

A derrota eleitoral da direita em França e os extraordinários resultados da esquerda grega são animadores. Qualquer diferenciação política no terreno das lutas sociais e da mobilização de massas podem precipitar os acontecimentos e tornar de novo actual a proposta do governo de esquerda.

A hipótese de um governo de esquerda que rejeita a austeridade, sugerida pela expressiva votação na Syrisa, foi uma boa oportunidade para introduzir este tema no debate político.

O programa desse governo só poderá ser de ruptura com a política da troika, de defesa do Estado Social e de renacionalização das indústrias de bens e serviços públicos essenciais, e a sua composição deve solicitar todos os partidos de esquerda, bem como independentes e representantes dos movimentos sociais. Uma esquerda grande só pode extravasar a concepção de um governo de esquerda politicamente confinado ao BE e ao PCP.

O ataque sistemático ao núcleo duro da política da troika e a sua desagregação são absolutamente necessários. Mas só é possível provocar e aproveitar as diferenciações que possam surgir no PS com impacto junto das massas trabalhadoras interpelando-o e colocando-o perante as suas responsabilidades.

II
PELA REDINAMIZAÇÃO DO BE CONTRA O ISOLAMENTO POLÍTICO, A DIVISÃO E O APARELHISMO

A situação política e a ausência de uma resposta mobilizadora de toda a esquerda estão a gerar iniciativas de grupos de cidadãos independentes ou filiados em partidos. Este mal-estar e a pressão que arrasta consigo colocam o BE numa posição especialmente difícil.

O BE nasceu da unidade entre diferentes agrupamentos políticos, valorizando as dinâmicas unitárias e o combate ao sectarismo. A actual falta de empenhamento na unidade contra a política da austeridade e a tendência para resumir a nossa intervenção à denúncia do governo PSD/CDS, da troika e da capitulação da direcção do PS, está a dificultar a mobilização dos núcleos locais.

O BE precisa de mobilizar os seus aderentes para que consigam reconhecer utilidade e eficácia na sua intervenção, para além das campanhas de propaganda a desenvolver.

O BE tem de reforçar a sua acção no movimento social, contribuindo para a articulação entre partidos, sindicatos e movimentos, actuando junto das populações duramente atingidas pela austeridade e que não têm encontrado nos partidos de esquerda e na vida parlamentar a alternativa que as circunstâncias exigem.

O BE deve fazer propostas mobilizadoras e inclusivas que permitam dialogar com o povo e responder às suas aspirações e aos seus objectivos de luta.

PELA VALORIZAÇÃO DO TRABALHO LOCAL E AUTÁRQUICO

A implantação local é decisiva para a consolidação orgânica do BE, indispensável para vencer o imobilismo, particularmente ao nível dos núcleos e organizações concelhias, rompendo com uma visão que olha a base do nosso movimento como mera executora de operações de rotina associadas ao apoio a iniciativas centrais, sejam de natureza parlamentar ou campanhas de propaganda e agitação.

Precisamos de enraizamento no movimento associativo e restantes movimentos sociais; envolvimento nas lutas das populações e incentivar a discussão de questões ambientais e urbanísticas. A remobilização dos nossos núcleos e o alargamento da sua influência conseguem-se se formos capazes de mostrar que esse trabalho com o BE é útil e tem eficácia no presente contexto político.

O BE tem de retomar a postura dialogante com a sociedade; ser pólo aglutinador que pugna pela unidade da esquerda e vitalidade dos diferentes movimentos sociais, num momento de ataque feroz às condições de vida da maioria da população e à democracia.
As próximas eleições autárquicas devem constituir, por isso, uma oportunidade de valorização do trabalho local mas também um prolongamento da atitude unitária e dialogante, envolvendo as bases locais dos partidos de esquerda e activistas sociais.

A unidade nas autárquicas pode revestir várias formas, nomeadamente através de listas de cidadãos, em função de cada realidade local, com um programa claro de defesa da população contra os interesses imobiliários predadores, a luta pela sustentabilidade ambiental e urbanística, a defesa dos serviços públicos e pela criação de emprego, assegurando sempre a discussão pública dos programas locais e a construção das listas a apresentar. Onde isso não seja possível o BE deverá concorrer com listas próprias.

POR UMA AGENDA DE LUTA FEMINISTA, ECOLÓGICA E SOCIAL

Este é um tempo de feminização do trabalho produzido pela globalização capitalista. Conjugar o anti-capitalismo com a luta feminista sem que cada uma destas lutas seja considerada prioritária em relação à outra, é o desafio que se nos coloca.

O discurso reivindicativo das lutas dos anos sessenta e setenta vem sendo engolido pela mensagem avassaladora dos media, que diariamente nos transmite uma miragem de plenitude conquistada, sugerindo já não haver necessidade de lutar por liberdades. Tudo teria sido alcançado: voto e outros os direitos constitucionalmente consagrados.

Enquanto isto, a violência doméstica prossegue implacável; as diferenças salariais impõem-se; o acesso à liderança, gestão e administração da sociedade, permanece inatingível para a maioria das mulheres ou é encarado como o preenchimento de uma quota. O trabalho doméstico permanece colado à pele das mulheres como uma luva invisível e coerciva.

Não é possível um projecto de mudança de sociedade que ignore ou minimize a luta feminista. A renovação da esquerda passa incontornavelmente por aí. Negá-lo é não só um retrocesso como é ignorar a natural sede de justiça, motor que faz andar a História. De cada vez que a luta das mulheres afrouxa, regride o que se alcançou. A militância conservadora e de direita favorável à revisão da lei da despenalização do aborto é exemplo disso.

A luta feminista é justa, necessária e urgente. Não pode ser reduzida a um qualquer utilitarismo oportunista. Deve integrar a agenda do BE, recusando a propaganda, o paternalismo ou a manipulação. O feminismo não é só mais uma luta. Integra todas as lutas e nelas deve estar presente.
O BE considera que o combate à troika e às suas políticas pressupõe a luta por um modelo de crescimento económico baseado na protecção ambiental, designadamente na ecologia urbana e no desenvolvimento sustentável, apostado na justiça social e territorial, na melhoria dos níveis de vida, na distribuição mais igualitária da riqueza e eliminação da pobreza.

Este deve ser o caminho das regiões sustentáveis perseguindo as acessibilidades e a mobilidade sustentável como estratégia de desenvolvimento e de criação de trabalho "limpo", implicando racionalização dos recursos do planeta na construção de infra-estruturas e equipamentos colectivos, para além do alargamento dos mecanismos de democracia participativa.

Ao introduzir conteúdos das experiências de sustentabilidade na luta pela auto-organização na gestão dos recursos, estaremos a aumentar a consciência colectiva sobre comportamentos e padrões de consumo e de produção a atingir numa sociedade socialista, conferindo novas dinâmicas à luta anti-capitalista.

O alargamento destas experiências, abrangendo a exigência de uma organização institucional também ela com obrigações e objectivos de sustentabilidade,

abre perspectivas para a intervenção e a mobilização políticas nas regiões. Estes temas poderão integrar as reivindicações de movimentos mais alargados, estimulando as populações locais a auto-organizar-se em grupos que reclamem justiça social nos transportes, na ecologia urbana e no desenvolvimento sustentável.

Devem ser elaborados projectos de lei de racionalização da energia, do ar e da água, a ser propostos em concursos de serviços públicos, que devem ser baseados na mobilização e no controlo democrático económico das populações sobre as autoridades responsáveis dos sectores, que podem incluir a representação pública em conselhos sociais de gestão.

Ao nível do urbanismo e ordenamento do território, deverão ser criadas novas modalidades institucionais, com participação e fiscalização das populações, com autonomia em relação aos municípios, cuja actividade tenha incidência sobre os planos de urbanização das cidades e vilas, formulando as condições técnicas de ocupação e uso do território de acordo com um Plano de Deslocações Urbanas discutido democraticamente, após consulta pública. Também aqui os procedimentos de regularização desse plano e dessa ocupação e usos devem estar sujeitos a leis de racionalização do ar, da energia e da água. Neste contexto, as urbanizações devem reduzir a dependência em relação ao automóvel na base de uma acessibilidade e mobilidade sustentáveis.

O financiamento das autarquias deve ser repensado, dando prioridade à reabilitação urbana e à solução dos problemas energéticos e térmicos do edificado.

PELA DEFESA DA ESCOLA PÚBLICA E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESSENCIAIS

Os serviços públicos de acesso universal são característica essencial do Estado Social, asseguram igualdade de oportunidades e protecção das camadas mais vulneráveis da população. O governo PSD/CDS tem desenvolvido iniciativas que reduzem drasticamente o nível de serviço público, tentando quebrar a universalidade de acesso. A ofensiva neoliberal tem procurado desregular as relações laborais, restringir os mecanismos de protecção social na doença, no desemprego e na exclusão social, tentando a pauperização dos sectores sociais mais débeis e a privatização de funções básicas do estado como a saúde ou a educação.

O ensino público tem vindo a ser atacado pelos sucessivos governo PS e PDS/CDS, através de medidas economicistas como a redução da democracia no funcionamento e gestão de escolas e universidades e a elitização do ensino superior. O actual governo PSD/CDS pretende reduzi-lo a uma dimensão residual num quadro mais geral de privatização do ensino.
A Escola Pública enquanto garante de igualdade de oportunidades, promotora da mobilidade social, formadora de cidadãos críticos, livres e informados, construída no pós 25 de Abril está a regredir a toda a velocidade. A multiplicação de exames nos vários níveis de ensino e as reformas no ensino profissional servem apenas para punir e determinar, aos 12 anos, o futuro de cada criança.

Os custos da educação têm vindo a ser transferidos do Estado para as famílias colocando as universidades numa asfixia financeira. Com o agudizar da crise económica o resultado é a redução drástica do número de candidatos ao ensino superior, revelador de uma universidade que se torna novamente só para os poucos que podem pagar.

Por isto é tão urgente fazer uma defesa radical e mobilizadora da Escola Pública, reunindo professores, estudantes e pais numa larga base de apoio social, que permita combater o desmantelamento do sistema educativo público.

Da mesma forma, a privatização das redes das indústrias de serviços públicos essenciais, água, energia e transportes, introduzem um elemento de forte penalização das camadas sociais mais vulneráveis e tornam impossível assegurar a universalidade do acesso. O Serviço Nacional de Saúde português, um dos mais eficientes do mundo, responsável pela baixa histórica

da taxa de mortalidade infantil e pelo aumento substancial da esperança de vida, vem sendo progressivamente desqualificado e articulado com a promoção da mercantilização e privatização dos cuidados de saúde que comprometem a sua missão essencial.

É urgente defender a renacionalização das redes de energia e transportes, combater as perspectivas de privatização dos sistemas de abastecimento e transporte de água e evitar o definhamento da escola o SNS. É fundamental defender um serviço nacional público de rádio e televisão, baseado na existência de empresas públicas financiadas pelo Orçamento Geral do Estado assegurando a pluralidade democrática, o acesso a conteúdos que o mercado não contempla e ajudando a regular o sector do audiovisual.

III
DEFENDER E VALORIZAR A DEMOCRACIA INTERNA

O combate político e a necessidade de crescimento exigem-nos uma actuação diferenciadora dos outros partidos e que nos reforce como organização exemplarmente democrática.

Formalmente a democracia no BE funciona bem. Nas Convenções os delegados têm direito a usar a palavra. Os aderentes têm acesso aos boletins, grupos de militantes podem apresentar listas e candidatar-se às estruturas do partido. Mas esta não se pode resumir a uma liturgia formal apenas com o objectivo de legitimar e de entronizar direcções. A democracia deve ser um instrumento fundamental de construção do BE.

A democracia interna qualifica e potencia a capacidade de intervenção do BE e é, também, um instrumento essencial de mobilização, esclarecimento e escrutínio, um apoio poderoso aos organismos de direcção e à sustentação das suas decisões.

A hegemonia partilhada entre correntes que serviu para construir o BE deve ser ultrapassada. As implicações desta nova configuração interna são de enorme importância, por envolverem um novo período organizativo e suscitarem e exigirem o acréscimo de representatividade e revigoramento de todos os órgãos, desde a Mesa Nacional às coordenadoras distritais e às concelhias e núcleos.

Por outro lado entendemos que o direito de tendência é uma opção política que deve ser valorizada e constitui um património inalienável da tradição democrática do BE.
A sua desvalorização conduzirá à ambiência do pensamento uniforme onde não cabem as especificidades de formas diversas de expressão. **Limitar o direito de tendência é limitar a própria democracia.**

A MILITÂNCIA NO BLOCO

O BE atravessa uma crise de militância tão grave como a da sua imagem perante o eleitorado e a opinião pública. O número de aderentes aumentou mas não conseguimos alargar a sua militância no período em que crescemos e sobretudo agora, após pesadas derrotas eleitorais. É tarefa desta Convenção recuperar o entusiasmo num quadro politicamente adverso.

Nem sempre temos conseguido criar mecanismos que permitam abrir o partido, as suas ideias e a sua intervenção à sociedade. O BE deve assumir a necessidade de desenvolver o máximo da sua actividade "fora de portas", levando as suas ideias, a sua comunicação e as suas iniciativas para o espaço público, combatendo a tentação do fechamento.

Por outro lado, um Partido com tão grande desproporção entre o número de aderentes e de eleitores não pode dispensar a participação destes últimos no debate sobre as suas linhas políticas, o que significa criar mecanismos regulares de diálogo com não-aderentes.

Há que combater, através da abertura dos grupos temáticos e da composição de estruturas de direcção, alguma tendência, natural e compreensível, de marginalização de activistas que realizam o fundamental

da sua acção em movimentos sociais exteriores ao BE e que não podem ter uma presença tão contínua nas estruturas partidárias. Algum do sucesso orgânico do partido passa por mantê-lo fora das suas sedes.

É preciso clarificar direitos, deveres e procedimentos no funcionamento do BE, para que a sua vida democrática não seja capturada por processos de decisão paralelos à sua organização.

Este objectivo exige maior regularidade de assembleias concelhias e distritais, bem como a criação de grupos de trabalho temáticos ou de campanha, que permita mais envolvimento dos militantes. E implica repensar as campanhas políticas. Mais do que uma proposta e um folheto, estas devem ter prazos e metas; têm de possuir imagem e protagonistas, predispondo-se a uma lógica de alianças e assentar num balanço sério e realista das actividades - que pouco acontece.

É essencial uma maior clarificação de funções nos organismos de direcção com partilha de responsabilidades —evitando a excessiva centralização em poucos camaradas — e a eleição de coordenadores ou organismos de coordenação, quando existentes.

PARA ALÉM DAS CORRENTES

Para o funcionamento do BE reflectir esta evolução, é necessário dissolver, gradualmente, a importância central que as diferentes correntes ainda hoje assumem, o que não coloca em causa a existência de correntes e a sua importância como pólos de dinamização do debate político, tributários de diferentes trajectórias e perspectivas. Fundamental é que essa actividade seja um factor de enriquecimento do debate político no BE, evitando as posições concertadas ou estabelecidas numa lógica de trincheira, a disciplina de corrente e a substituição do verdadeiro confronto de ideias por batalhas de posição.

O BE tem de reforçar os seus mecanismos de debate interno, para lá do funcionamento orgânico. Iniciativas transversais às correntes, como o Socialismo ou a Vírus, são indiscutivelmente importantes e não podem ser episódicas na vida do BE. Tal como a lógica de organização da participação dos activistas deve deixar de ser claramente marcada pelos equilíbrios internos entre as famílias políticas existentes.

DEMOCRACIA E RENOVAÇÃO

O BE trouxe à vida política uma nova geração de activistas e dirigentes. Porém, a renovação das direcções políticas, nacional e localmente, é ainda muito limitada. Muitos dos principais quadros, mantêm-se em funções desde a fundação do BE. Por vezes, como resultado da escassez de alternativas ou de mecanismos de reprodução de direcções através de práticas pouco democráticas e transparentes. Promover a democracia e combater o enquistamento no seio do BE exige reformular processos.

A utilização abusiva do voto por correspondência e da isenção de quotas - necessários à participação em igualdade de todos os militantes - e as restrições no acesso aos cadernos eleitorais por parte de listas alternativas têm distorcido resultados eleitorais de algumas concelhias e distritais do BE e gerado entraves à criação de listas.

É indispensável proceder a alterações aos Regulamentos Eleitorais e a alguns pontos dos estatutos do BE. Devemos limitar o voto por correspondência às situações de ausência e de doença justificadas, garantir o acesso sem restrições aos cadernos eleitorais e enquadrar a isenção de quotas

Finalmente, o exercício de funções de coordenação ou de participação em secretariados - mas não em funções de direcção política - deve ser limitado no tempo. A renovação das estruturas de direcção e das responsabilidades organizativas é essencial para a democracia interna e a superação de rotinas, para um Bloco mais interventivo, exigente, credível, inclusivo e criativo.

POR UM MODELO DE DIRECÇÃO QUE ASSEGURE CONTINUIDADE E EFICÁCIA

O BE instituiu a figura de um coordenador, o primeiro elemento da lista mais votada em Convenção para a Mesa Nacional e eleito entre os membros da Comissão Política.

Este modelo tem sido eficaz, garantindo uma referência estável no quadro exigente de solicitações do actual contexto político. Não se vislumbram justificações para alterar este modelo, que deve proporcionar ainda um quadro de funcionamento ao nível da direcção política que ultrapasse tradicionais mecanismos de equilíbrio representativo confinados às correntes fundadoras.

A existência de um Coordenador, por outro lado não é incompatível com o **reforço dos métodos de direcção colectiva e de divisão do trabalho por áreas e frentes de actividade, com porta-vozes próprios.** A direcção colectiva constitui em todos os escalões do BE, uma prática dinâmica e vivificante.

A Direcção do BE deve assentar ainda na valorização da Mesa Nacional, órgão máximo entre Convenções, a que se deve subordinar tanto a Comissão Política, como o grupo parlamentar, no respeito pela autonomia deste, que deverá eleger um líder parlamentar que goze evidentemente da confiança do grupo parlamentar, mas no qual os aderentes do Bloco se revejam pela sua capacidade de comunicação, pela densidade e consistência de resposta, pela sua acutilância e prestígio público.

LISTA DE SUBSCRITORES

Nº	Nome	Aderente	Concelho	Distrito
1.	Adelaide Maria Ramos dos Santos	4938	Almada	Setúbal
2.	Adelino Fortunato	8790	Sesimbra	Setúbal
3.	Albérico Afonso Costa	0836	Setúbal	Setúbal
4.	Alberto Manuel Gonçalves da Cruz	0585	Barreiro	Setúbal
5.	Alexandra Raquel das Rosas Oliveira	8709	Vizela	Braga
6.	Alexandre Abaladas	3108	Sintra	Lisboa
7.	Alexandre José Germano de Abreu	9505	Cascais	Lisboa
8.	Álvaro Carvalho	9585	Lisboa	Lisboa
9.	Amália Maria Espiridião de Oliveira	0956	Évora	Évora
10.	Ana Filipa Bastos	4411	Lisboa	Lisboa
11.	Ana Carina Motta	9285	Cascais	Lisboa
12.	Ana Cristina Sequeira	0827	Setúbal	Setúbal
13.	Ana Lúcia Duarte Massas	0843	Almada	Setúbal
14.	Ana Luisa Brito	0834	Setúbal	Setúbal
15.	Ana Maria Pessoa	1383	Lisboa	Lisboa
16.	Ana Paula da Costa Williams	1176	Barreiro	Setúbal
17.	Ana Santos	6624	Seixal	Setúbal
18.	André Filipe Antunes	6622	Barreiro	Setúbal
19.	António Albergaria Samara	2352	Almada	Setúbal
20.	António João Sequeira	0252	Setúbal	Setúbal
21.	António Manuel Fonseca Gomes	0271	Marinha Grande	Leiria
22.	António Pedro Mendonça Vieira	7200	Cartaxo	Santarém
23.	António Proença	3539	Sesimbra	Setúbal
24.	Armando Herculano	1750	Vila do Conde	Porto
25.	Bernardino Aranda	4657	Lisboa	Lisboa
26.	Bill Edward Williams	1175	Barreiro	Setúbal
27.	Carla Maria Pires Rodrigues	9737	Rio Maior	Santarém
28.	Carlos Alberto Alexandre Cabrita	4418	Silves	Faro
29.	Carlos Alexandre Macedo	3639	Sesimbra	Setúbal
30.	Carlos Gaivoto	0307	Oeiras	Lisboa
31.	Cecília Maria Calado Costa	1607	Nisa	Portalegre
32.	Cremilde Correia da Silva Pereira	5171	Oeiras	Lisboa
33.	Cristiana Martins de Sousa	4310	Marinha Grande	Leiria
34.	Daniel Filipe Correia Bernardo	5172	Oeiras	Lisboa
35.	Daniel Oliveira	1132	Lisboa	Lisboa
36.	David Ávila	5664	Lisboa	Lisboa
37.	Diogo Miguel Gomes Martins	9014	V.Franca Xira	Lisboa
38.	Eduardo Jorge Ferreira dos Santos	4076	Almada	Setúbal
39.	Fernando António Rocha	0632	Caldas da Rainha	Leiria
40.	Fernando Faria de Castro	8529	Setúbal	Setúbal
41.	Fernando Lacerda	0356	V. N. de Gaia	Porto
42.	Fernando Leitão Correia	6500	Faro	Faro
43.	Fernando Pinho Alves	0842	Setúbal	Setúbal
44.	Filipe Carapeto Fialho	8525	Setúbal	Setúbal

45. Filomena Maria da Silva	3822	Almada	Setúbal
46. Francisco Bernardes Silva	0615	Almada	Setúbal
47.Francisco Colaço	0390	Cartaxo	Santarém
48. Francisco Cunha Castro	8831	Vizela	Braga
49. Helena Figueiredo	3736	Lisboa	Lisboa
50. Helena Oliveira e Carmo	2050	Sintra	Lisboa
51. Helena Peixoto	0603	Lisboa	Lisboa
52. Henrique Guerreiro	0573	Sesimbra	Setúbal
53. Hernâni Josué da Luz Pereira	4079	Lisboa	Lisboa
54. Humberto Manuel Coelho Candeias	2807	Barreiro	Setúbal
55. Ilidio dos Santos Diniz	6268	Sines	Setúbal
56. Isabel Figueiredo	3440	Lisboa	Lisboa
57. Isabel Fonseca	4276	Lisboa	Lisboa
58. Isabel Maria Pires Marques Atalaia	9770	Loures	Lisboa
59. Joana Batista	8764	Odivelas	Lisboa
60. Joana Urban Vitorino	7819	Cascais	Lisboa
61. João Camacho	2479	Lisboa	Lisboa
62. João Manuel Martins Madeira	0520	Sines	Setúbal
63. João Ricardo Vasconcelos	7238	Lisboa	Lisboa
64. Joaquim Duarte	2397	Lisboa	Lisboa
65. Joaquim Manuel Mealha Costa	1698	Loulé	Faro
66. Joaquim Sarmento Guerreiro	2348	Almada	Setúbal
67.Jorge Carlos Silva Luz	4275	Sesimbra	Setúbal
68. Jorge Manuel Ferreira Mendes	6688	Lisboa	Lisboa
69. Jorge Miguel Silva	7983	Vizela	Braga
70. José António de Almeida Dias Ferreira	1675	V.Franca Xira	Lisboa
71. José Jerónimo Franco	1540	Lisboa	Lisboa
72. José Joaquim Saraiva Rodrigues	4031	Marinha Grande	Leiria
73. José Lopes Nunes	8588	Oeiras	Lisboa
74.José Manuel Boavida	0602	Lisboa	Lisboa
75. José Manuel Faria	0364	Vizela	Braga
76. José Manuel Mendonça Estevens	3637	V. R. Sto. António	Faro
77.José Maria Salgueiro Moura	1867	Nisa	Portalegre
78. José Miguel de Andrade Ferreira	8336	Évora	Évora
79. José Valentim Couto	8833	Vizela	Braga
80. Luís Filipe Carvalho Caras Altas	4012	Almada	Setúbal
81. Luís Martins Pote	8274	Cascais	Lisboa
82. Luís Miguel Pires Pereira	0250	Alcácer do Sal	Setúbal
83. Luís Paulo Sousa	1633	Coimbra	Coimbra
84. Luísa Penisga Gonzalez	4351	Faro	Faro
85. Luisa Soromenho Ramos	1181	Setúbal	Setúbal
86. Marco Alexandre da Silva Loureiro	1649	Guarda	Guarda
87.Margarida Castro Felga de Pinho	0371	Porto	Porto
88. Margarida Tavares Couto dos Santos	4295	Cascais	Lisboa
89. Maria Alice Brito	0835	Setúbal	Setúbal

90. Maria de Fátima Ferreira Salgado	9806	Oeiras	Lisboa
91. Maria de Fátima Reis	3210	Setúbal	Setúbal
92. Maria do Carmo Teixeira Bernardo	2873	Oeiras	Lisboa
93. Maria do Rosário Guerreiro Vaz	5509	Barreiro	Setúbal
94. Maria Emília Lima Costa	1575	Faro	Faro
95. Maria Helena de Abreu Coelho	4365	Cascais	Lisboa
96. Maria Inês Ramos dos Santos	7553	Almada	Setúbal
97.Maria João Sequeira	2062	Almada	Setúbal
98. Maria Jorgete Teixeira	0584	Barreiro	Setúbal
99. Maria José Espinheira	0379	Porto	Porto
100. Maria José Vitorino	0612	V. Franca Xira	Lisboa
101. Maria Luísa Silva de Brito	0833	Setúbal	Setúbal
102. Maria Manuela Barreto Nunes	0906	Viseu	Viseu
103. Mariana Dias Maia Costa Mendes	8003	V. Franca Xira	Lisboa
104. Miguel Crispim Romão	4003	Lisboa	Lisboa
105. Nelson Leonel Carneiro	3619	Vizela	Braga
106. Nuno António Panaças Vilhena	5419	Oeiras	Lisboa
107. Nuno Serra	1160	Lisboa	Lisboa
108. Paula Cabeçadas	2301	Lisboa	Lisboa
109. Paulo Alberto Teixeira de Sousa	0078	Vila do Conde	Porto
110. Paulo Cristiano Rosa Ferreira Marques	8173	Almeirim	Santarém
111.Paulo Fernando Silva	7935	Vizela	Braga
112. Paulo Jorge Granjo Simões	5959	Lisboa	Lisboa
113. Paulo Jorge Vieira Sanches	9117	Oeiras	Lisboa
114. Pedro Junqueira Lopes	9783	Lisboa	Lisboa
115. Pedro Nuno Lopes dos Reis	2810	Almada	Setúbal
116. Pedro Santos	4627	Seixal	Setúbal
117. Raul Oliveira Peixoto	3621	Vizela	Braga
118. Ricardo Malcata	0254	Lisboa	Lisboa
119. Rita Paz	9570	Lisboa	Lisboa
120. Rogério Fernando Miranda	2484	Setúbal	Setúbal
121. Rosa Félix	5159	Lisboa	Lisboa
122. Rui Alberto Fernandes Charneira	8789	Sesimbra	Setúbal
123. Rui Alexandre Pereira da Cruz	6751	Marinha Grande	Leiria
124. Rui Curado Silva	2823	Coimbra	Coimbra
125. Sandra Manuela Ferreira Silva	3622	Vizela	Braga
126. Sara Goulart	9586	Lisboa	Lisboa
127. Sofia Maria de Nogueira de Meneses	5417	Cartaxo	Santarém
128. Teodósio Alcobia	2049	Sintra	Lisboa
129. Tiago Antunes da Silva	4173	Seia	Guarda
130. Vanessa Pinto Pereira	5067	Sesimbra	Setúbal
131. Vitor Francisco Pereira de Sousa	4309	Marinha Grande	Leiria
132. Vítor Manuel das Rosas Oliveira	8710	Vizela	Braga
133. Vítor Sarmento	6694	Lisboa	Lisboa

Propostas da Mesa Nacional de alteração aos estatutos

(alterações a bold)

ARTIGO 3º
ADERENTES

1 – São aderentes do Bloco de Esquerda todas e todos os que manifestem o desejo de aderir ao Movimento e estejam no pleno gozo dos seus direitos políticos, devendo a adesão ser ratificada pelos órgãos competentes, no prazo máximo de 30 dias.
2 – Excedido o prazo previsto no número anterior, a adesão considera-se tacitamente ratificada.
3 – Para efeitos do nº 1 consideram-se competentes os Núcleos ou, na sua ausência, as Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais ou Regionais respectivas ou, quando não exista qualquer um destes órgãos, a Comissão Política.
4 - Cada aderente fica vinculado a um concelho e distrito ou região de filiação, a constar no seu cartão de filiado. No caso de aderentes fora do país, ficam vinculados a um círculo de residentes no estrangeiro, podendo organizar-se por núcleos em cada país ou região.
5 – Considera-se o distrito, no caso do território continental, ou a região, nos casos das regiões autónomas dos Açores e da Madeira, ou, para os residentes no estrangeiro, os círculos da Europa e Fora da Europa.

ARTIGO 5º
RESPONSABILIDADES DOS ADERENTES

1 - São responsabilidades dos aderentes:
a) – Promover os objectivos políticos do Movimento e actuar civicamente em conformidade.
b) – Cumprir os Estatutos.
c) – Contribuir para o financiamento das actividades do Movimento através do pagamento de uma quota regular, na medida das suas possibilidades.
2 - No caso de impossibilidade económica, o pagamento anual da quota pode ser dispensado, **por decisão não delegável da Comissão Coordenadora Distrital ou Regional, sob proposta da Comissão Coordenadora Concelhia,** caso exista. **A dispensa de pagamento da quota termina no fim do ano civil, podendo ser revalidada por solicitação do próprio no ano seguinte.**

ART. 6º
SANÇÕES

1 - Aos aderentes que violem os Estatutos, podem ser aplicadas, por ordem de gravidade, as seguintes medidas disciplinares:
a) Advertência;
b) Suspensão de direitos até um ano. **A pena de suspensão consiste na interrupção de todos os direitos de aderente durante o período da duração da sanção.**
c) Exclusão.
2 - A competência de aplicação destas medidas é da Mesa Nacional, por iniciativa própria ou das organizações distritais ou regionais, com direito de recurso para a Comissão de Direitos.
a) **A nenhum aderente pode ser imposta qualquer medida disciplinar sem lhe ter sido dada a possibilidade de ser previamente ouvido.**
3 - A sanção de exclusão é passível de recurso final para a Convenção Nacional.
a) O recurso das sanções previstas nos números anteriores, 2 e 3, terá que ser interposto no prazo de trinta dias após comunicação ao aderente da sanção que lhe foi aplicada e tem de conter as alegações do recorrente.
b) O recurso da sanção não tem efeito suspensivo.
4 - Qualquer sanção disciplinar é precedida de inquérito, com direito de defesa assegurado, conduzido por

uma Comissão de Inquérito especificamente designada para o efeito e composta por três aderentes indicados pela Mesa Nacional.

a) O procedimento disciplinar, sob pena de prescrição, tem de se iniciar até sessenta dias úteis após a comunicação do presumível motivo à reunião da Mesa Nacional.

b) É obrigatoriamente facultada ao aderente visado pelo procedimento a consulta do processo, a partir da respetiva notificação, que lhe deverá ser enviada por carta registada, incluindo informação clara sobre a infração imputada, a sanção que poderá ser aplicada e a referência aos principais meios de prova.

5 - As sanções previstas neste artigo não são aplicáveis por motivo de diferenças de opinião política no Movimento.

ART. 10º
MESA NACIONAL

(...)

4 - É atribuição exclusiva da Mesa Nacional a definição do valor mínimo da quota anual **e o seu eventual pagamento faseado.**

5 - Compete à Mesa Nacional, **sob proposta das assmbleias distritais e regionais, decidir sobre o primeiro candidato das listas à A.R. e A.L.R, no caso de círculos com até três deputados, e sobre o primeiro quinto de candidatos nos restantes círculos. A decisão sobre a composição restante destas listas compete às respetivas assembleias distritais e regionais.**

6 - Tratando-se de eleições para os órgãos das autarquias locais a Mesa Nacional pode avocar para decisão final as listas aprovadas pelas Comissões Coordenadoras Distritais ou Regionais, sob proposta das Assembleias Concelhias.

7 - Compete à MN aprovar a lista de candidatos ao Parlamento Europeu.

8 - Compete à MN a definição das linhas de orientação política dos eleitos.

ART. 11º
COMISSÃO POLÍTICA

A Comissão Política, órgão que assegura a direcção quotidiana do Movimento, nomeadamente a ligação com os seus grupos parlamentares nacional e europeu **e a aplicação das deliberações da MN sobre a orientação política dos eleitos,** elege um Secretariado Nacional para tarefas de coordenação executiva.

ART. 13º
COMISSÕES COORDENADORAS CONCELHIAS, DISTRITAIS E REGIONAIS

1 - As Comissões Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais exercem o mandato conferido pelas Assembleias que as elegeram, assegurando a direcção quotidiana do Movimento no respectivo âmbito e, de acordo com a política do Movimento, a actividade do Bloco de Esquerda.

a) As eleições para as Coordenadoras Concelhias, Distritais e Regionais regem-se por Regulamento Eleitoral cujo modelo é aprovado pela Mesa Nacional.

(...)

ART. 14º-A (NOVO)
A LIMITAÇÃO DE MANDATOS

A partir a VIII Convenção Nacional:

a) O secretariado nacional e os secretariados das comissões coordenadoras concelhias, distritais e regionais que vierem a ser eleitos são sempre renovados em pelo menos um terço dos seus membros.

b) Nenhum dos seus membros exercerá funções por mais de dois mandatos consecutivos.

Calendário da VIII Convenção

OUTUBRO 2012

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
	1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27
28	29	30	31			

NOVEMBRO 2012

DOM	SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SÁB
				1	2	3
4	5	6	7	8	9	10
11						

2 DE OUTUBRO data limite para a apresentação de adendas e alterações às Moções de Orientação

9 DE OUTUBRO data limite para @s redator@s das Moções de Orientação decidirem da inclusão, ou não, das adendas e alterações propostas

11 DE OUTUBRO data limite para apresentação, à COC, de propostas de alteração aos Estatutos

18 DE OUTUBRO data limite de publicação do Debates #2

ENTRE 19 E 28 DE OUTUBRO sessões de apresentação e debate das Moções de Orientação

19 DE OUTUBRO data limite para envio, às coordenadoras distritais e regionais, da lista de candidat@s a delegad@s do Continente e Região Autónoma da Madeira

22 DE OUTUBRO data limite para envio das listas de candidat@s a delegad@s a aderentes do Continente e Região Autónoma da Madeira

27 DE OUTUBRO data limite para envio, à Coordenadora Regional, da lista de candidat@s a delegad@s da Região Autónoma dos Açores

30 DE OUTUBRO data limite para envio das listas de candidat@s a delegad@s a aderentes da Região Autónoma dos Açores

3 E 4 DE NOVEMBRO eleição de delegad@s no Continente e Região Autónoma da Madeira

7 DE NOVEMBRO data limite para eleição de delegad@s na Região Autónoma dos Açores

10 E 11 NOVEMBRO
VIII CONVENÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA

Para efeitos do processo da Convenção, o distrito/região/morada de referência de cada aderente é o que se verificava a 9 de Julho, mesmo que tenham ocorrido mudanças posteriores. Os cadernos eleitorais para a eleição de delegados serão organizados com base nos registos existentes na base de dados central a 9 de Julho.

ATENÇÃO:

SE AINDA NÃO REGULARIZASTE O PAGAMENTO DA QUOTA ANUAL DE 2012 DEVES FAZÊ-LO O QUANTO ANTES, DE FORMA A PODERES PARTICIPAR DE PLENO DIREITO NO PROCESSO PREPARATÓRIO DA CONVENÇÃO E NA ELEIÇÃO DE DELEGADOS/AS.

A PRÓXIMA EDIÇÃO DESTE BOLETIM SERÁ PUBLICADA A 18 DE OUTIBRO

deBatEs #1
índice

3. INTRODUÇÃO

5. REGULAMENTO DO PROCESSO PREPARATÓRIO DA VIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

8. REGIMENTO DA VIII CONVENÇÃO NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

11. RELATÓRIO DA MESA NACIONAL SOBRE O SEU MANDATO (2011-2012)

31. MOÇÃO A: "A ESQUERDA CONTRA A DÍVIDA"

50. MOÇÃO B: "POR UMA RESPOSTA SOCIALISTA DE COMBATE"

63. PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

65. CALENDÁRIO DA VIII CONVENÇÃO